



Repositorio Digital Institucional
"José María Rosa"

Universidad Nacional de Lanús
Secretaría Académica
Dirección de Biblioteca y Servicios de Información Documental

Silvana Garcia Marzulo

Habitação social-desvendando o olhar cultural para fomentar políticas habitacionais sustentáveis

Tesis presentada para la obtención del título de Maestría en Desarrollo Sustentable

Director de la tesis

Jorge Perez

El presente documento integra el Repositorio Digital Institucional "José María Rosa" de la Biblioteca "Rodolfo Puiggrós" de la Universidad Nacional de Lanús (UNLa)

This document is part of the Institutional Digital Repository "José María Rosa" of the Library "Rodolfo Puiggrós" of the University National of Lanús (UNLa)

Cita sugerida

Marzulo, Silvana Garcia. (2007). Habitação social-desvendando o olhar cultural para fomentar políticas habitacionais sustentáveis [en Línea]. Universidad Nacional de Lanús. Departamento de Desarrollo Productivo y Tecnológico

Disponible en: http://www.repositoriojmr.unla.edu.ar/download/tesis/MaDS/025713_Garcia_Marzulo.pdf

Condiciones de uso

www.repositoriojmr.unla.edu.ar/condicionesdeuso



www.unla.edu.ar
www.repositoriojmr.unla.edu.ar
repositoriojmr@unla.edu.ar

SILVANA GARCIA MARZULO

HABITAÇÃO SOCIAL
DESVENDANDO O OLHAR CULTURAL PARA FOMENTAR
POLÍTICAS HABITACIONAIS SUSTENTÁVEIS

*Tese apresentada no curso de Mestrado do
FLACAM, para a obtenção de título de Mestre
em Desenvolvimento Sustentável, sob a
orientação do Professor Jorge Perez.*

PORTO ALEGRE

2007

SILVANA GARCIA MARZULO

HABITAÇÃO SOCIAL
DESVENDANDO O OLHAR CULTURAL PARA FOMENTAR
POLÍTICAS HABITACIONAIS SUSTENTÁVEIS

Mestrado em Desenvolvimento Sustentável

Foro Latino Americano de Ciências Ambientales
FLACAM - 2007

*À minha amada filha Carolina, que compreendeu
minhas ausências como momentos de busca e nunca
como abandono; pela sua cumplicidade, amizade,
companheirismo, apesar da sua condição de
criança, mas, sempre fundamentada pelo amor!*

TE AMO, filha!!!

À Santa, que já faz parte da minha família, por me proporcionar estrutura e apoio sempre com muita dedicação e amizade em todos os momentos que dela precisei;

Aos meus pais já falecidos, pela formação educacional, social e base para buscar o sabor e valor da vida;

À minha irmã Milena e à minha sobrinha e afilhada Valentine, por me ajudarem do seu jeitinho;

À Franci, pela companhia;

À tia Ivone e tio Polaco, pela simplicidade, apoio e ajuda em muitos momentos e principalmente pelo amor dedicado;

À Regina Cristina, Maria Inês, Carlos, Pablo e Arminda por acreditarem no meu trabalho e terem contribuído com toda dedicação, apoio e amizade para a realização do mesmo;

À Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Coordenadoria Geral da Vigilância da Saúde nas pessoas de Marla Kuhn e Denise Aertz e à Secretaria de Gestão na pessoa do coordenador do PIEC Renê, por respeitarem, considerarem minha trajetória profissional e acreditarem no meu trabalho;

Ao Glenio e Célia, pelo apoio, amizade e amor;

À Luciane Kraemer, amiga e colega de profissão pela força, entusiasmo e dicas;

À Tati, amiga querida e irmã de alma, por sempre acreditar em mim;

À Rede FLACAM Brasil pela oportunidade e credibilidade;

A todos os meus amigos, que participaram de uma forma ou outra no meu crescimento enquanto SER.

Em especial, à Arlete Fante e à Lorena Babot. Acredito que quando menos esperamos, a Luz de Deus se manifesta em nossa vida em momentos que achamos não ter mais saída. E vocês amigas e parceiras, foram a LUZ neste período tão importante e decisório nesta minha existência! Com amor, muito obrigada!

Agradeço ao meu orientador Jorge Perez, que tantas vezes me fez olhar mais longe, ao Rubem Pésci e toda a equipe da FLACAM Argentina que me colocaram diante de tantos desafios.

RESUMO

Este trabalho é um relato de experiência desenvolvido na cidade de Porto Alegre no período de 2002 a 2004. Esta vivência possibilitou uma reflexão sobre o processo de reassentamento na cidade sob a responsabilidade do poder público local. A partir daí, fundamentadas por aspectos sociais, foram desenvolvidas intervenções fundamentais para um real aproveitamento do território, no que se refere à Habitação Social. Como também sua sustentabilidade humana, ambiental e social, do sentimento de pertencimento das famílias no novo e saudável lugar pra se viver, isto é, o seu “novo habitat”, mas com suas “velhas” características culturais.

Palavras-chave: Habitação Social - Cultura - Espaço Habitacional – Saúde Ambiental

RESUMEN

Este trabajo es un informe de la experiencia desarrollada en la ciudad de Porto Alegre en el período de 2002 a 2004. Esta experiencia tiene una reflexión sobre el proceso de reasentamiento en la ciudad bajo la responsabilidad de las autoridades locales. Posteriormente, sobre la base de los aspectos sociales, desarrollar intervenciones que creemos son fundamentales para una verdadera recuperación de la zona, en Vivienda Social. Como también su sostenibilidad humana, ambiental y social, del sentimiento de pertenencia de las familias en el nuevo y más sano para vivir ahora, es decir, su "nuevo hábitat", pero con su "antigua" características culturales.

Palabras clave: Vivienda Social - Cultura - Zona Habitacional - Salud Ambiental

NUNCA SUBESTIME O PODER DE UMA SEMENTE

*O que você me responderia
Se eu tivesse uma semente na minha mão
E lhe perguntasse:
“O que tenho aqui?”
Talvez me respondesse,
Obviamente:
“Tem uma semente”.
Entretanto, se você entende,
E sei que você entende,
A natureza da semente,
A sua resposta seria um fato e não uma verdade.
Tenho na mão uma floresta.
Por quê?
Porque em cada semente há uma árvore
Em cada árvore há frutos com sementes e nessas sementes também há
Árvores com frutos e sementes que germinarão em outras árvores com
Frutos,
Sementes, etc.
Em síntese,
O que vemos não é tudo o que existe.
Isto é potencial.
Logo,
Não se trata do que é,
Mas do que poderá vir a ser.
Tudo na vida tem seu potencial.
Ora, não aceitamos então o nosso atual estado como definitivo, porque
Ele é apenas isso um estágio,
Uma fase de nossa vida.
Não nos satisfaçamos com nossa última realização,
Porque há muitas outras aqui.*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. ESPIRAL PROJETUAL-A Expressão Gráfica do Projeto	12
2. CAPITULO I.....	15
2.1. ESCALA MACRO.....	15
2.1.1. <i>Alcance Espacial</i> – Trajetória da Política Habitacional no Brasil.....	15
2.1.2. <i>Alcance Institucional</i> – Política de Habitação Social em Porto Alegre	21
2.2. ESCALA INTERMEDIÁRIA.....	23
2.2.1. Irregularidade Fundiária em Porto Alegre / Indicadores de Subnormalidade Habitacional	23
2.3. ESCALA LOCAL	25
2.3.1. Programa Integrado Entrada da Cidade - PIEC.....	25
2.3.1.1 Tipologias das Habitações Irregulares da primeira fase do PIEC	27
2.3.1.2. Perfil da População Beneficiada.....	28
2.3.1.3. O Remanejamento/ Assentamento	29
3. CAPITULO II	33
3.1. DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO	33
3.1.1. Relato da Experiência: Alcance do Projeto Diagnóstico da Saúde Ambiental	33
3.1.2. Reflexões sobre o projeto desenvolvido.....	49
3.1.3. Diagnóstico	51
4. CAPITULO III	53
4.1. Modelo de Gestão Proposto	53
4.1.1 Construção de um Modelo de Gestão Interdisciplinar e Intersetorial para Planejamento de Loteamentos Populares	53
4.2. Projeto Aplicado.....	61
4.2.1 - Projeto para a Mudança Metodológica:	61
4.2.2. Projeto de Trabalho para Ações de Educação em Saúde Ambiental.....	62
4.2.3. Alcances esperados:	75
Conclusão	76
Bibliografia	78
Anexo 1	81
Anexo 2	85
Anexo 3	106
Anexo4.....	131

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Espiral Projetual
- Figura 2 – Mapa Centro Urbanos
- Figura 3 – Mapa de Porto Alegre
- Figura 4 – Subnormalidade Habitacional
- Figura 5 – Ocupação Irregular
- Figura 6 – Área Geográfica PIEC
- Figura 7 – Local onde se situam as Vilas Irregulares
- Figura 8 – Construção Inadequada
- Figura 9 – Local onde foi implantado o 1º Conjunto Habitacional
- Figura 10 – Localização Geográfica do 2º Conjunto Habitacional
- Figura 11 – Sobrados – Conjunto Habitacional Pôr do Sol
- Figura 12 – Interior dos Sobrados
- Figura 13 – Conjunto Habitacional Pampa – Casas Térreas
- Figura 14 – Feira da Saúde
- Figura 15 – Feira da Saúde
- Figura 16 – Moradia da Família
- Figura 17 – Frutíferas e Resíduos para Reciclar
- Figura 18 – Cocheira do Cavalo
- Figura 19 - Canil
- Figura 20 – Criação Suína para Geração de Renda
- Figura 21 – Alimentos dos Suínos
- Figura 22 – Aguardando início da Reunião
- Figura 23 – Apresentação dos Resultados
- Figura 24 – Participantes da Reunião
- Figura 25 – Treinamento
- Figura 26 – Treinamento

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição de ações segundo situação de reassentamento das comunidades do PIEC, outubro de 2006.

Quadro 2 – Distribuição dos recursos humanos segundo a quantidade e atividades que deverão ser exercidas nas áreas de atuação dos serviços de saúde: Mario Quintana, Farrapos, Diretor Pestana e Centro de Saúde Navegantes.

Quadro 3 – Orçamento

Quadro 4 - Orçamento

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem, como premissa principal, o respeito à cultura das famílias bem como a sua participação na elaboração do que lhe é de maior valor em suas vidas, o seu espaço habitacional.

Este espaço habitacional deve resultar em um ambiente saudável. Inserimos nesta concepção o conceito de *habitação saudável* que se aplica desde o ato da elaboração do seu desenho, microlocalização e construção, estendendo-se até seu uso e manutenção. Está relacionado com o território geográfico e social, onde a habitação se assenta com os materiais usados para sua construção, a segurança e qualidade dos elementos combinados, o processo construtivo, a composição espacial, a qualidade dos acabamentos, o contexto global do entorno (comunicações, energia, vizinhança) e a educação em saúde ambiental de seus moradores sobre estilos e condições de vida saudável (Cohen, 2003).

Para a consolidação da habitação saudável, além dos fatores contemplados neste conceito, consideramos de extrema importância a construção da identidade como apropriação do espaço construído.

A apropriação do espaço, segundo definição de Paula Almeida (1994), significa a forma como o homem interioriza a imagem desse espaço e como age, reage e o interpreta e que se exprime, essencialmente, nas relações que os indivíduos com este estabelecem. O conceito de apropriação de espaço depende, por um lado, da avaliação que os atores fazem desse espaço da qual depende a sua identificação com ele. O espaço condiciona e modifica as identidades e obriga à reformulação dessas mesmas identidades. O conjunto de imagens e de representações que o indivíduo recria do seu espaço residencial depende da forma como este o apropria e esta apropriação depende do modo como ele é avaliado.

Pensa-se que as necessidades das famílias a serem reassentadas são meramente habitacionais, desvalorizando assim o componente relacional e dificultando a identificação dos indivíduos com esses novos espaços.

O aumento das condições habitacionais parecia ser suficiente para o bem-estar social das populações. No entanto, “(...) *a formação de uma identidade coletiva (...) não se forma administrativamente, nem se regula geograficamente. (...) pelo contrário, o bairro e a identidade coletiva, são assim o estabelecer de todo um complexo de relações imaginárias do homem com o espaço que diariamente percorre*” (Almeida, 1994: 114).

A identidade é um complexo multifacetado que percorre várias esferas da vida e dos percursos individuais. Como tal, a abordagem das identidades dos indivíduos com o seu espaço residencial passam, quer pela avaliação que dele faz quem nele reside, quer de outras proximidades identitárias entre os indivíduos.

O tema Habitação Social tem sido um desafio aos profissionais que intervêm ou interagem nesta temática, inseridos na complexidade desta política pública, consolidando as interfaces com as demais áreas. Iniciamos a descrição desta dissertação através da representação gráfica em espiral do projeto desenvolvido.

1.1 ESPIRAL PROJETUAL - A EXPRESSÃO GRÁFICA DO PROJETO

Os projetos ambientais são complexos por sua natureza e Ruben Pesci identificou como Modelo Isoformo a *Helicoide* ou *Espiral* como representatividade gráfica, expressando a forma de visualizar, compreender e transformar o projeto que se está construindo. Este modelo permite, ao mesmo tempo que visualiza, avaliar no tempo e espaço como vem se desenvolvendo a operacionalização do projeto relacionado a sua complexidade.

A partir deste entendimento, representamos graficamente o desenvolvimento do nosso projeto através da seguinte Espiral. No campo do Diagnóstico inserimos a necessidade do poder público local em colocar em prática o Plano Diretor da cidade de Porto Alegre e, no que compete a população o imaginário de uma esperança e ao mesmo tempo dúvida quanto a melhora na qualidade de vida.

O desenvolvimento do nosso projeto se operacionalizou cercado pelas arestas variável do

projeto e variável institucional. Nossas ações fundamentaram-se no projeto que criamos como representatividade da instituição a qual pertencemos a ser expressada no projeto geral do poder municipal. Este projeto geral, está geograficamente localizado na região entrada da cidade, território considerado por nós como nosso espaço projetual.

A busca de um Modelo de Gestão Habitacional diferenciado a uma população cuja cultura, modos de vida, sugere características rurais tornou-se nosso Tema Gerador. A identificação da necessidade de um novo modelo de gestão, partiu da análise das faces institucional e projetual. Para este modelo, consideramos dois aspectos de fundamental importância que se traduz em propostas para elaboração do modelo, considerando o imaginário no viés do projetista inserido na variável institucional.

Através da *práxis* traçamos e, concomitantemente, avaliamos a viabilidade econômica, técnica e política projetual.

Descrevemos através de capítulos os detalhes do projeto graficamente representado.

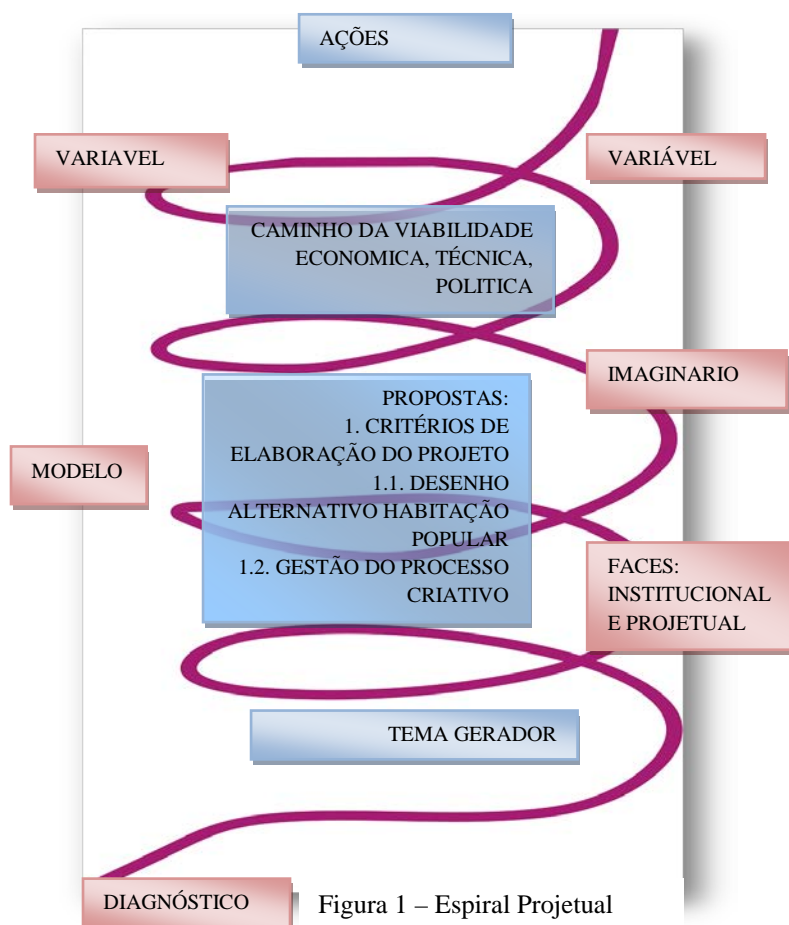


Figura 1 – Espiral Projetual

No primeiro capítulo, definimos o espaço projetual em escalas macro e intermediária. A escala macro apresenta a Trajetória da Política Habitacional no Brasil como Alcance Espacial e como Alcance Institucional a Política de Habitação Social em Porto Alegre. A escala intermediária aborda a Irregularidade Fundiária em Porto Alegre e Indicadores de Subnormalidade Habitacional e apresenta o Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC).

O segundo capítulo aborda o desenvolvimento metodológico através do relato de nossa experiência no projeto Diagnóstico da Saúde Ambiental e apresenta os Subsistemas Decisor e o Tema Gerador como diagnóstico.

E o terceiro capítulo apresenta um modelo de gestão para o Planejamento do Processo de Desenho da Habitação Social e o Projeto de Mudança Aplicado que apresenta a reprojeção do projeto inicial descrito no capítulo dois e o que conseguimos realizar a partir dele e já modestamente utilizando algumas diretrizes do nosso modelo de gestão proposto.

2 CAPITULO I

2.1 ESCALA MACRO

2.1.1 Alcance Espacial – Trajetória da Política Habitacional no Brasil

No Brasil, a urbanização seguiu o caminho da metropolização, isto é, as grandes cidades e os municípios limítrofes apresentaram um grande ritmo de crescimento demográfico, superior ao das pequenas e médias cidades. Com o passar dos anos os problemas ligados à área de saneamento básico, transporte e uso do solo foram se tornando comuns aos municípios interligados e estes sentiram necessidade de integrar os seus serviços públicos aos seus próprios planejamentos urbanos. Este movimento baseou-se nas Leis Complementares Federais nº 14 de 08/06/1973 e nº 20 de 1º/07/1974, definindo as áreas ou regiões metropolitanas do Brasil, em torno de nove centros urbanos Brasileiros, cuja importância e grandeza estão diretamente ligadas às características das regiões geográficas em que se encontram.

Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, está inserida como um desses nove centros urbanos.

A concentração de pessoas nas regiões metropolitanas chega a ser assustadora. Na década de 80, 23% da população do



Figura 2 – Mapa Centros Urbanos no Brasil

sul do país se concentrava em Curitiba e Porto Alegre (PNAD, 1990).

As demais estavam distribuídas nas outras sete regiões: Belém capital do estado do Pará, Fortaleza capital do Ceará, Recife capital de Pernambuco; Salvador/Bahia; Belo Horizonte/ Minas Gerais; Rio de Janeiro/RJ; São Paulo/SP, verificando-se que a maior concentração de aglomerado humano do país 11,60%, corresponde à Grande São Paulo.

Nas maiores metrópoles é que se juntam e convivem pessoas das mais diversas origens étnicas, nacionais e culturais, com suas vivências e experiências bastante diversificadas.

Resgatamos a Política Habitacional do Brasil a partir desta contextualização.

Podemos classificar o espaço urbano como uma arena onde se defrontam interesses diferenciados na luta pela apropriação de benefícios em relação à geração de renda e, por outro lado, em termos de melhoria nas condições materiais e simbólicas de vida.

Identificamos, nesta luta pelo espaço, interesses de grupos econômicos ligados ao processo de acumulação urbana, as camadas médias e, defrontando-se com agentes das camadas populares guardam na sua origem uma desigualdade oriunda de sua inserção no processo de produção e distribuição da riqueza social.

Suas estratégias de sobrevivência no espaço urbano se materializam nos processos de favelização, encorticiamento e periferização, onde prevalecem a irregularidade e a ilegalidade do acesso à terra e precárias condições de sobrevivência, pela carência quantitativa e qualitativa de equipamentos e serviços urbanos, entre outras dificuldades que acabam interferindo na sua mobilidade plena no espaço urbano, limitando a um pequeno território.¹

A desigualdade de condições urbanas de vida pode ainda se expressar como desigualdade ambiental, se considerarmos a localização destas populações em áreas de maior exposição a situações insalubres (contaminação da água, do solo e do ar) e inseguras (riscos de acidentes de diversos tipos).

No Brasil os índices se configuram em uma “macabra arquitetura social”. Neste país imenso com tantos recursos e com chance de construir uma sociedade ética, justa e desigual, vem cometendo grande erro na condução da política econômica que prioriza a incessante

¹ Conceitua-se território como a apropriação do espaço por um grupo de famílias. N.A.

busca da riqueza, justificando como tentativa de tornar o país mais rico e a partir disso, relegando o combate à pobreza. Antes de procurar enriquecer uma nação, é necessário *desempobrecer* sua população. E a política Habitacional não está fora disso.²

A política habitacional no Brasil ainda não conseguiu acabar com esta realidade.

No período Getulista, os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP) limitavam-se a atender os trabalhadores inseridos no mercado formal e, mesmo assim, de forma incompleta. Além disso, a postura de privilegiar a saúde financeira dos fundos levou os burocratas dos IAPs a priorizar os empréstimos habitacionais para o mercado médio, estabelecendo uma redistribuição equivocada, onde os recursos dos trabalhadores financiavam as camadas de melhor renda. Este fato voltou a acontecer durante o período autoritário, quando o Banco Nacional de Habitação, ao garantir as cadernetas de poupanças privadas tendo como lastro os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) desviou recursos destinados às camadas de baixa renda para os grupos de renda média. A política desenvolvida pelo BNH também se revelou incapaz de abranger os setores mais carentes (população com renda até três salários mínimos), além de ter sido responsável por uma brutal remoção da população favelada para conjuntos habitacionais mal equipados nas periferias das cidades, gerando graves conseqüências sociais. No entanto, o BNH com investimentos sociais, atingiu quantitativamente a população com renda a partir de três a dez salários mínimos, embora a construção dos conjuntos habitacionais deixasse muito a desejar em termos de qualidade construtiva, custos e acessibilidade.

A ampliação da oferta de serviços de saneamento básico, como abastecimento de água, contribuiu para reduzir as desigualdades espaciais nas cidades.

Com o fim do BNH, em 1986, os recursos do FGTS passaram a ser objeto de disputa entre os grupos que compunham o governo federal, oscilando entre as tendências a submetê-lo às diretrizes de política econômica e as tendências a utilizá-lo como moeda de troca nas negociações clientelistas para a manutenção da coalizão que dava suporte político a Nova República. O auge do descalabro ocorreu no governo Collor, quando o Fundo foi dilapidado, em troca de apoio (mal sucedido) contra o processo de impeachment do Presidente (Fernando Collor de Mello). Com o advento da Era FHC (presidente Fernando Henrique Cardoso), os

² FONTE: Artigo de Marcus Eduardo de Oliveira. *Perversa Arquitetura Social*. (2002-09-16)

recursos do Fundo (sempre vistos como o principal instrumento de financiamento à política habitacional) passaram a sofrer um controle mais rígido, do ponto de vista financeiro, restringindo-se o acesso aos Estados e Municípios que não apresentassem capacidade de endividamento.

Apesar desta restrição, várias administrações municipais puderam potencializar os esforços que já vinham empreendendo para desenvolver programas habitacionais para a população de baixa renda, utilizando-se destes recursos.

No entanto, após a crise de 1998, o acesso ao FGTS foi restrito para qualquer órgão governamental, por exigência do acordo com o FMI.

A resposta do governo federal foi o Programa de Arrendamento Residencial que, como mostram as análises recentes (OLIVEIRA, 2000), vem atendendo apenas às camadas na franja superior do limite de renda permitido pelo Programa, não se configurando como um instrumento adequado para o enfrentamento das desigualdades habitacionais e urbanas. Tornaram-se também escassos os recursos para investimentos em saneamento e infraestrutura, passando os governos estaduais e municipais a depender de seus recursos próprios ou do financiamento de organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento das Bacias do Prata (FONPLATA).

O vazio institucional na esfera federal e, a incapacidade financeira dos governos estaduais gerou um processo de descentralização. Por um lado, as administrações locais assumiram com maior vigor a responsabilidade pelo desenvolvimento de uma política habitacional municipal, por outro, observa-se que as desigualdades regional e intermunicipal aparecem através de um diferencial significativo na performance dos governos municipais, enfatizando assim as desigualdades já existentes. Além das consequências sobre as desigualdades sociais e interurbanas, este processo acirra a competição e o conflito federativo, contribuindo para um processo de fragmentação nacional e para a dificuldade, cada vez maior, de construção de um projeto nacional.

A habitação social, representada pela construção de tipologias dos “bairros sociais”, vem induzindo a vários questionamentos quanto à eficácia e eficiência das políticas de habitação de interesse social.

As especificidades destes espaços têm sido tratadas de uma maneira generalista que se reflete na crescente incapacidade para gerir as suas relações internas. Por outro lado, a habitação social não tem contribuído para uma lógica de integração nem de inserção urbana dos grupos sociais mais desfavorecidos.

A construção destes espaços não acompanha o crescimento urbano e se desenvolve de forma descontínua em relação ao movimento de crescimento da cidade, gerando sentimentos de segregação e de exclusão às famílias envolvidas.

A *guetização* é, muitas das vezes, a principal consequência de todo este processo (Guerra, 1994). Além de excluídas das vantagens do centro, estas famílias estão afastadas dos processos de decisão, isto é, *desinseridas*.

As fragilidades do ordenamento, assim como as características arquitetônicas e sociais rapidamente ganham contornos simbólicos que facilmente conduzem a uma estigmatização dos bairros sociais. A negativização das identidades relativamente ao bairro e o sentimento de exclusão convertem-se em características centrais deste processo de estigmatização (Pinto, 1994).

Os obstáculos à emancipação e autonomia destes atores multiplicam-se à medida que os procedimentos institucionais se complexificam.

A habitação social acaba por demonstrar sérias limitações na criação e manutenção de um triângulo interinfluyente entre as identidades, as sociabilidades e a participação.

O fenómeno da espacialização da pobreza se originou da periferização e segregação dos bairros sociais, por, geralmente, se concentrarem em espaços específicos da cidade em relação à população local.

De outra maneira, este fenómeno contribuiu para uma diferenciação social da cidade que, em vez de vir da dinâmica interna do espaço urbano, tem se produzido de um modo externo, na forma de políticas habitacionais centralizadas e burocratizadas.

Aos poucos, o bairro vê-se rodeado de novas construções que substituem as paisagens verdes, anteriormente visíveis das janelas de alguns dos apartamentos.

A construção dos bairros sociais caracterizou-se, até hoje, por certa “megalomania arquitetônica”, baseada em construções em altura, capazes de realojar o maior número possível de famílias, reduzindo assim mais drasticamente os indicadores (e a visibilidade) de situações de subdesenvolvimento urbano baseados nas condições de habitação.

A região metropolitana de Porto Alegre ocupa uma área total de 496,1km, constituída de uma parte continental de 452,68km e outra insular, que representa 43,42km. A área urbana ocupa 352,02km, enquanto 144,08km correspondem à área rural (IBJE, 1996). A cidade é circundada por 40 morros que abrangem 65% da área limitada por uma orla fluvial de 72 km. O município é limitado ao sul e oeste pelo Lago Guaíba; ao leste pelos municípios de Alvorada e Viamão, e, ao norte, pelo rio Gravataí.

Segundo o Censo de 2000 a população da cidade estava em 1.360.033 pessoas.

No mapa de Porto Alegre, a seguir, a região Humaitá/Navegantes/ilhas localiza-se na área do território descrita pelo número dois.

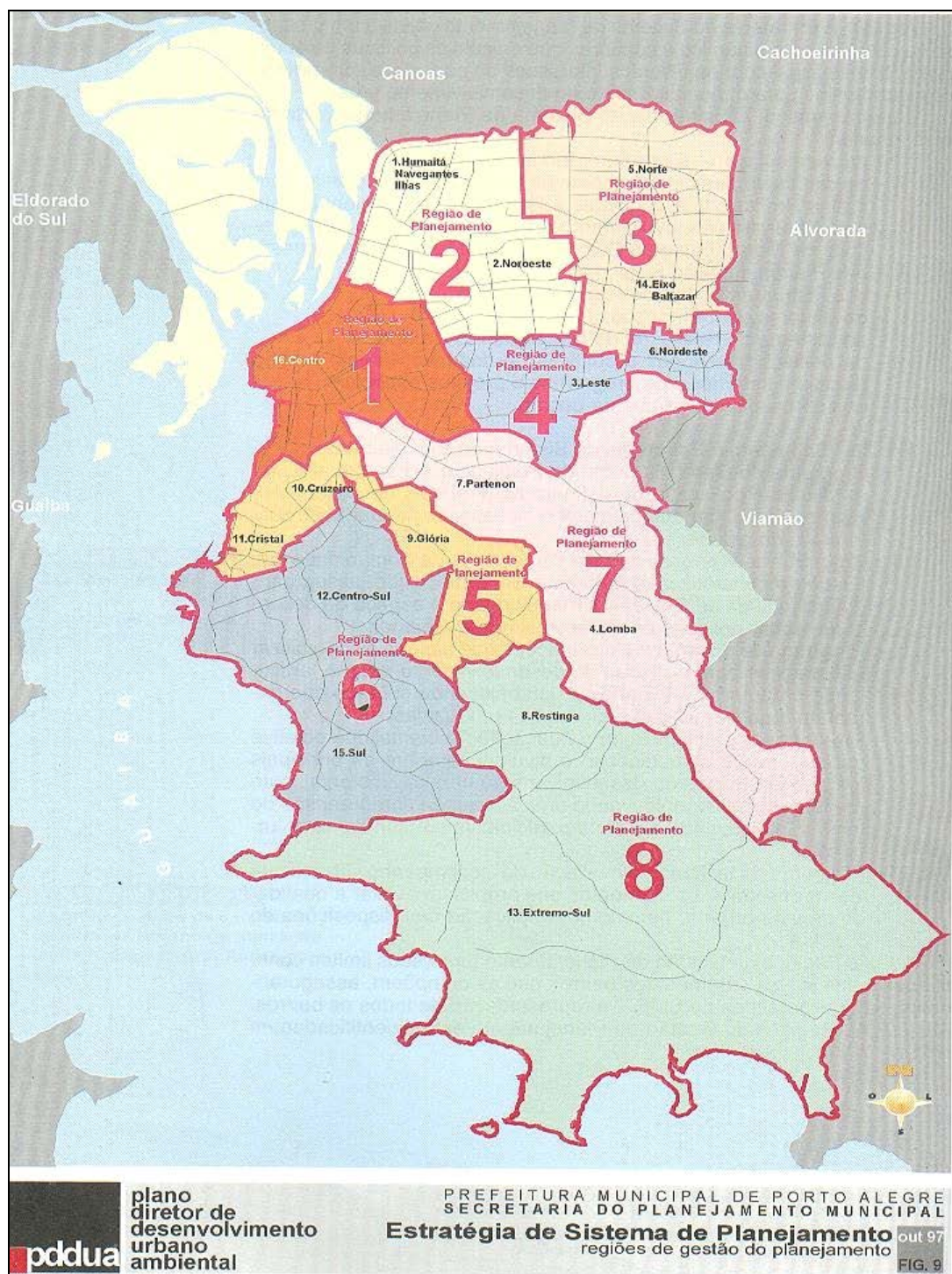


Figura 3 – Mapa de Porto Alegre

2.1.2 Alcance Institucional – Política de Habitação Social em Porto Alegre

Em 1949, a Administração Municipal de Porto Alegre criou um setor responsável exclusivamente pela Habitação, o Serviço de Habitação Popular, transformado, dois anos depois, em Superintendência da Habitação Popular.

A partir da década de 1950, transformações na cidade ocorreram como o crescimento dos núcleos de moradias inadequadas em áreas impróprias. Os gestores municipais passaram a perceber a necessidade do estabelecimento de diretrizes claras e a garantia de verbas para a habitação. Em dezembro de 1952, através da Lei Municipal 982, uma autarquia foi criada, com capacidade institucional de incidir na questão da moradia. Essa organização chamava-se Departamento Municipal da Casa Popular (DMCP), cuja função básica era a construção de núcleos habitacionais para população de baixa renda. O DMCP passou a desapropriar grandes extensões de terras. Entretanto, o adensamento aumentava manifestado no crescimento de muitas vilas espalhadas pela cidade. Até 1955, houve um trabalho de comercialização de casas e terrenos populares. Após este período diminuíram as construções.

Em 1964, sob o regime militar, a municipalidade optou por fechar o DMCP, por falta de verbas. A fim de substituí-lo, foi criado o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), com a finalidade de executar projetos planejados e financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Embora já estruturado, dentro das proposições do governo federal referente à habitação, o BNH somente repassou a verba, a partir de 1970. Neste período o DEMHAB dedicou-se a elaboração de projetos habitacionais futuros e realizou poucas obras. Os recursos foram do fundo Municipal da Habitação, com rendimentos advindos da taxa de Assistência Social.

É importante salientar que a Lei Complementar nº 434/99, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental da cidade (PDDUA) foi elaborada e implantada durante o governo da administração popular que tinha como principal diretriz a democracia participativa.

Especificamente em relação à política habitacional, o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) se fortificou como principal órgão responsável pela gestão da Política Habitacional de Interesse Social do Município, juntamente com uma rede de outros setores municipais.

O DEMHAB passou então a executar a política habitacional na cidade através dos seguintes programas: Programa de Urbanização de Áreas Ocupadas e Regularização Fundiária, Programa de Produção Habitacional de Interesse Social para Reassentamento, Programa de Cooperativismo Habitacional e Ações Autogestionárias e Programas Integrados, sempre embasados pelo PDDUA.

2.2 ESCALA INTERMEDIÁRIA

2.2.1 Irregularidade Fundiária em Porto Alegre / Indicadores de Subnormalidade Habitacional

Identifica-se uma ocupação irregular, quando esta se localiza em terreno irregular (área de risco, área verde ou particular) e sem infra-estrutura.

Nem mesmo as reservas florestais, áreas de proteção aos mananciais e margens de represa são poupadas, e mais cedo ou mais tarde, toda a cidade acaba se ressentindo disso, pois as ocupações irracionais do solo urbano se seguem a destruição do verde, a poluição e a degradação das águas que abastecem milhões de moradores de bairros e municípios da região (Alves, p 51).

As famílias ocupam o espaço do terreno, independente deste ser municipal ou particular.

O *habitat*, geralmente, possui água e luz clandestina. O material utilizado para a construção destas habitações é, na sua maioria, a madeira que pode ser nova ou usada, alvenaria ou mista em outros casos, dependendo das condições das famílias. Em muitas, não há banheiros.

As habitações não possuem tipologia de construção ordenada e o número de peças varia de um até no máximo três cômodos para um número superior a três moradores. Este comportamento social, fundamentado na cultura³ dos habitantes é que determina a forma de aproveitamento e utilização do solo no espaço urbano. Mas este comportamento pode variar conforme as características do grupo de habitantes de um território específico.

Existem os mais variados tipos de moradias no mundo contemporâneo. A variedade está diretamente relacionada aos aspectos culturais de um grupo e aos aspectos físicos do espaço em que elas se localizam. Um grupo de pessoas também pode ter maneiras diferentes de habitat se ela estiver dividida em classes sociais nas quais as desigualdades sociais e econômicas estejam presentes. Neste caso é comum à existência de muitas casas que não satisfazem às necessidades de seus moradores sejam essas necessidades físicas, sociais, psicológicas, etc (D'AVILA, Naisa. 2000, p. 13).

³ De acordo com os antropólogos, cultura deve ser entendida como o conjunto de regras que orienta e dá significado às práticas e a visão de mundo de um determinado grupo social. (Ceres. p 13)

A irregularidade fundiária, segundo D'Ávila, (2000, p. 17), obteve grande dimensão na década de quarenta e cinquenta com o crescimento de ocupações irregulares nos espaços urbanos da cidade caracterizadas com vilas e malocas, como eram chamadas as subhabitações da época.

Este movimento de ocupação se deu devido ao fato de migrantes virem diretamente do meio rural das cidades do interior do Estado, querendo se instalar em pequenas cidades próximas à Porto Alegre, por estas ainda manterem características rurais. Como estas pequenas cidades não tiveram condições de absorvê-los, serviram de trampolim para instalação destas famílias na metrópole.

O Mapa de Irregularidade Fundiária de Porto Alegre apresenta precariedade de 72.392 moradias, que abrigam uma população de 287.161 habitantes com densidade domiciliar de 3,91 habitantes por domicílio.

A subnormalidade habitacional⁴ atinge 14,57% das residências porto-alegrenses, correspondendo às 464 vilas populares da cidade. Cerca de 1300.000 habitantes ainda vivem em situação irregular de moradia.

As figuras a seguir ilustram uma subnormalidade habitacional e uma ocupação irregular:



Figura 4 – Subnormalidade Habitacional

⁴ Constituem subnormalidade habitacional os núcleos e vilas formadas pelas ocupações irregulares na cidade, cujos habitantes não são proprietários da terra e não possuem nenhum contrato legal que lhe assegure sua permanência no local. N.A.



Figura 5 – Ocupação Irregular

2.3 ESCALA LOCAL

2.3.1 *Programa Integrado Entrada da Cidade - PIEC*

O Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC) foi elaborado em 1990 pelos Governos da Administração Popular e do Estado, visando à solução definitiva para os assentamentos subnormais situados na entrada norte, região Humaitá/Navegantes, da região metropolitana de Porto Alegre.

A gestão do PIEC era a cargo do DEMHAB e da Secretaria do Governo Municipal (SGM). O DEMHAB era o principal gestor no que tange ao planejamento e construção dos loteamentos como também o cadastramento das famílias a serem reassentadas e a distribuição das mesmas nos loteamentos. À SGM cabia gerenciar articulações com as demais secretarias e outras entidades envolvidas no programa.

O PIEC pretende remanejar 3000 famílias num período de, aproximadamente, cinco anos. A imagem demonstra a área geográfica na cidade onde se desenvolve o PIEC.



Figura 6 – Área Geográfica do PIEC

Na fase inicial foram reassentadas 413 famílias, com um total populacional de 1479 pessoas das seguintes comunidades: Vila Esperança; Ocupação Leito Voluntários da Pátria; Vila A.J. Renner; Vila Nossa Senhora Aparecida; Vila IAP e Vila Nossa Senhora da Paz.

Demonstramos, geograficamente, a localização destas comunidades na figura abaixo:

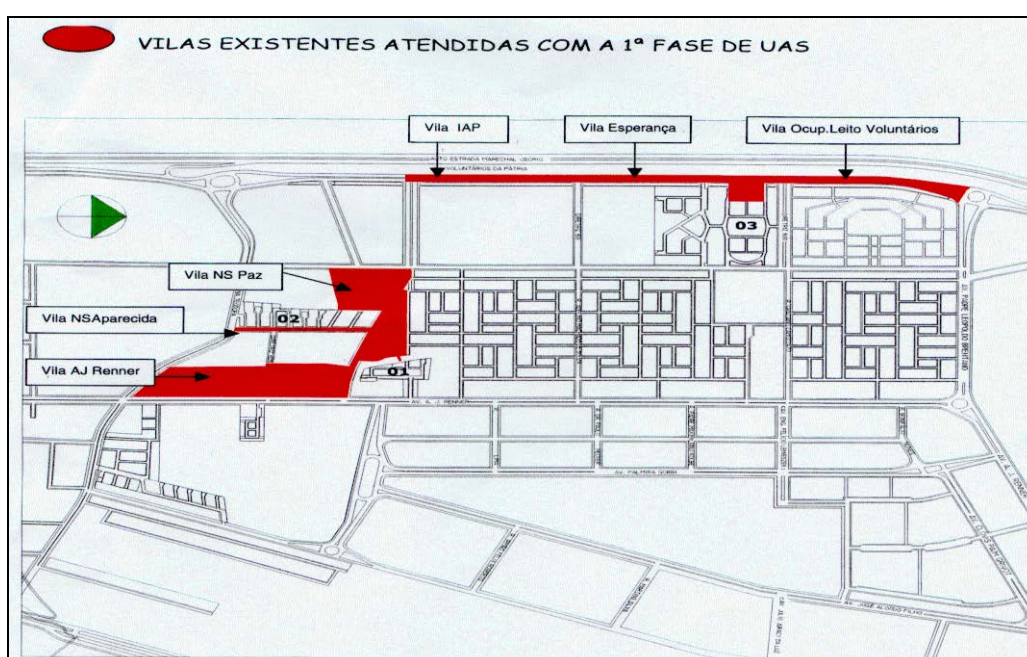


Figura 7 – Local onde se situavam as vilas irregulares

O financiamento desta fase contou com a parceria das administrações referidas, com o Governo Federal e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Programa Habitar Brasil - BID.

Este programa, vinculado ao PDDUA, propiciará a complementação da estrutura viária da região, a partir do prolongamento de uma avenida (Av. Voluntários da Pátria) que viabilizará a integração da região com o restante da cidade e a recuperação paisagística e visual da faixa de domínio da auto-estrada, conjuntamente com a abertura de diretrizes viárias que começarão a hierarquizar os fluxos internos nos bairros.

2.3.1.1 Tipologias das Habitações Irregulares da primeira fase do PIEC

O material de construção utilizado pelas famílias das comunidades referidas constitui-se de 48,84% madeira, 32,65% alvenaria, 10,03% sobras de diversos materiais e 8,48% mistas. Estas construções são pequenas e precárias, sendo que 38,56% possuem um ou dois cômodos e 35,99% três ou quatro peças. Não há infra-estrutura regular, 75,58% das casas que possuem energia elétrica e água potável 98,97%, são ligações realizadas de forma irregular. A rede de saneamento é praticamente inexistente.

A imagem a seguir ilustra a inadequação da construção:



Figura 8 – Construção Inadequada

Uma característica interessante destas famílias é que a casa é pequena, mas o espaço externo da mesma, o pátio, é grande; as famílias usufruem muito deste espaço, utilizando-o

para depósito de resíduos sólidos quando recicladores, criação de animais e muitas plantações. *“Coexistem modos e ritmos de vida urbanas e rurais, que se traduzem em transformação sócio-espaciais e redefinição.”*(Augusto, 1997.)

Observamos que estas famílias sugerem em seu modo de vida uma cultura arraigada a hábitos rurais, e que tentam reproduzi-la no espaço urbano, mesmo que de uma maneira desordenada.

2.3.1.2 Perfil da População Beneficiada

As famílias são constituídas de forma nuclear, isto é, pai, mãe e filhos. Constatou-se que 39,07% dos chefes de família são mulheres e 60,33% são homens.

A estrutura populacional é constituída por 49,62% indivíduos do gênero masculino e 50,38% do gênero feminino.

A faixa etária predominante desta população é 67,27% até 28 anos. Os idosos representam 1,66% e 34,68% é constituído por crianças e adolescentes.

A população em idade escolar é de 513 crianças e adolescentes, destes 296 estão entre zero e 6 anos e 221 entre 7 e 14 anos de idade.

A renda familiar de até três salários mínimos compreende 80,21% das famílias. Dos chefes de domicílio, 78% recebem até dois salários mínimos mensais. O nível de carência é bem elevado.

As atividades de trabalho da população em idade produtiva não requerem qualificação de mão-de-obra, sendo que a maioria executa serviços domésticos e serviços gerais.

Da população economicamente ativa, 24,02% possuem vínculo formal, 21,90% sem vínculo formal e 8,68% fazem biscates.

O índice de desemprego é 6,03% e 31,75% não estão trabalhando. Observa-se que 37,78% da população encontram-se em situação de não-trabalho.

O nível de escolaridade dos chefes de família interfere na qualificação e enfatiza a carência da população, pois 53,22% possuem somente até cinco anos de estudo.

O índice de analfabetismo é de 5,43%.

2.3.1.3 Remanejamento/ Assentamento

O remanejamento das famílias ocorreu na mesma região da cidade, porém não na mesma área da ocupação irregular. As famílias foram remanejadas para três conjuntos habitacionais providos de infra-estrutura distando em média 700m dos assentamentos subnormais existentes.

O primeiro conjunto habitacional compreende 130 unidades habitacionais. A figura abaixo demonstra o deslocamento geográfico das comunidades que compuseram este conjunto habitacional.

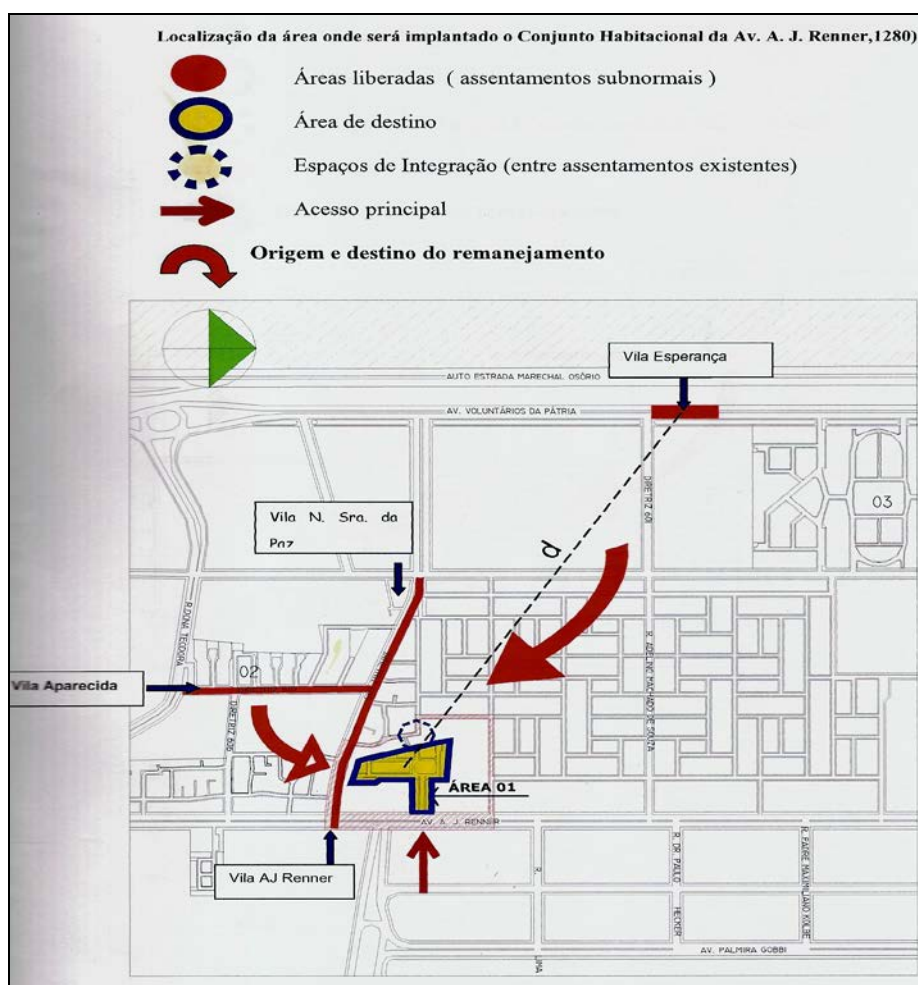


Figura 9 – Local onde foi implantado o 1º Conjunto Habitacional

O segundo loteamento, com 222 unidades habitacionais e o terceiro com 61 unidades habitacionais totalizando 413 famílias reassentadas. Todos os três com infra-estrutura como rede de água, esgoto cloacal e pluvial, energia elétrica, iluminação pública e pavimentação de vias e calçadas.

A figura abaixo demonstra o deslocamento das comunidades que foram para o segundo conjunto habitacional:



Figura 10 – Localização geográfica do 2º Conjunto Habitacional.

2.3.3.1 Tipologia dos Conjuntos Habitacionais

A predominância das construções das novas habitações é sobrado e casa térrea, com sala e cozinha conjugadas, banheiro, dois quartos e uma pequena área externa com tanque, abrangendo uma área total de 42m². Os sobrados têm a possibilidade de ampliação para um terceiro pavimento na parte superior.

Esta composição de tipologia visa evitar, segundo os planejadores, a descaracterização dos empreendimentos impedindo ampliações irregulares e facilitando o trabalho da fiscalização.

As casas para portadores de deficiência ficam nas esquinas e as casas destinadas para comércio, geralmente, na frente do Loteamento.

As áreas de lazer localizam-se no centro ou nas extremidades dos loteamentos.

Imagens dos Conjuntos Habitacionais:



Figura 11 – Sobrados –Conjunto Habitacional Pôr do Sol



Figura 12 – Interior dos Sobrados



Figura 13 – Conjunto Habitacional Pampa – Casas Térreas

3 CAPITULO II

3.1 DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

3.1.1. Relato da Experiência: Alcance do Projeto Diagnóstico da Saúde Ambiental

Participamos do Programa Integrado Entrada da Cidade como representante da Coordenadoria Geral da Vigilância da Saúde (CGVS) da Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

Nosso universo constituiu-se de 413 famílias envolvidas na primeira fase, com as quais desenvolvemos um trabalho a fim de conhecer o ambiente habitacional no que se refere à qualidade da saúde ambiental. Também foi possível identificar os significados dos elementos no ambiente habitacional que as famílias consideram importantes, ao que entendem por qualidade de vida.

Nossa intervenção como projetista deu-se também junto ao Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Comunitário do PIEC, coordenado pela SGM e formado por representantes de secretarias e departamentos da Prefeitura de Porto Alegre. No grupo de trabalho planejamos ações conjuntas e específicas de cada secretaria ou departamento.

A gestão de nosso processo projetual foi a elaboração, gerenciamento e operacionalização do projeto de intervenção das ações específicas da CGVS/SMS.

Elaboramos um instrumento com enfoque socioambiental que denominamos Diagnóstico de Vigilância Ambiental em Saúde/DVAS (anexo 1). Pensamos utilizar o instrumento através de entrevistas com os moradores em suas habitações nos períodos *ante* e *pós-mudança*.

Para a operacionalização dessa experiência criamos uma equipe coordenada por mim e formada por uma auxiliar de enfermagem e dois operários, todos do Núcleo de Vigilância de Roedores e Vetores/NVRV da CGVS.

Realizamos um treinamento prévio e entrevistas para elucidar dúvidas quanto ao preenchimento do DVAS, conforme as respostas dos moradores.

Como atividade coletiva, realizamos uma feira da saúde para as comunidades envolvidas.

As imagens a seguir ilustram esse momento:



Figura 14 – Feira da Saúde



Figura 15 – Feira da Saúde

Inicialmente, pensamos fundamentar nossa intervenção socioambiental pela metodologia quantitativa e por isso elaboramos um instrumento que quantificasse as situações.

No decorrer do desenvolvimento da aplicação do formulário e nas visitas aos domicílios para a realização da entrevista fechada, fomos percebendo que algumas situações não estavam sendo contempladas nos itens do formulário e, ainda, que alguns itens não tinham tanta relevância. Quanto à metodologia utilizada, percebemos que deveríamos diferenciar os momentos.

A partir dessa reflexão fomos reconstruindo o cotidiano de trabalho, através de nossas entrevistas e abordagens às visitas domiciliares.

Constatamos que para esta realidade populacional a metodologia qualitativa é a que se adequava mais para fundamentar nossas ações e revelar o subjetivo do cotidiano dessas famílias em tais ambientes habitacionais, não negando a quantificação de algumas

informações, mas separando os momentos e instrumentos de trabalho para identificar e compreender as relações que os moradores estabelecem com o ambiente.

Pesci (2002) cita que existem métodos de percepção direta quando o observador capta essas relações e indiretas, quando o investigador quer mediante distintos métodos reconhecer a percepção dos atores sociais, mas em geral se trata de uma atitude de conhecimento aberta.

Nas abordagens às famílias utilizamos a técnica observação participante, além da entrevista fechada.

Entendemos o cotidiano das famílias a partir da complexidade ambiental no que se refere à maneira de viver e se relacionar com o ambiente vivido. Concordamos com Pesci (p. 121, 2002) quando refere que a forma de abordar a complexidade é sistêmica ou relacional, e pré-disciplinar que utiliza todas as potencialidades da condição humana e transdisciplinar ao mesmo tempo; a forma de focar as questões ambientais, obviamente, é cíclica, holística, diversificada.

Este movimento pôde ser realizado devido ao fato de que nosso processo projetual não se caracterizava como um produto técnico acabado.

(...) el profesional tiene que re-aprender, reiniciar el aprendizaje del conocimiento, pasando de la racionalidad técnica del profesional analítico, a la racionalidad compleja del profesional <<transformativo>>, que debe dar soluciones <<on line>> (citação de Donald A. Schon, *in* Ruben Pesci p. 123 - De La Prepotencia a La levedad, 2002).

A maneira como abordamos as famílias para as entrevistas nos possibilitou desenvolver um vínculo com os moradores, o que aos poucos foi nos tornando conhecidos na vila e facilitando nossa intervenção. O fato de demonstrarmos interesse em compreender o que cada morador tinha dentro de seu espaço habitacional propiciava neles uma motivação interna, inclusive alegria em nos fornecer as respostas. Explicavam-nos expressando o sentido, significado de cada coisa às quais valorizamos, entendendo a relação estabelecida com o espaço habitacional.

Muitos diálogos aconteceram. As falas iam do desabafo, história de vida, insatisfação e/ou insegurança com a mudança até um imaginário favorável ao novo jeito de viver.

(...) Nunca ninguém da prefeitura se interessou por isso! A senhora é a primeira! Esta árvore tem a minha idade (36 anos) e minha avó plantou em homenagem a mim quando eu nasci! Agora a prefeitura vai passar a máquina! (...) ⁵

(...) Qualidade de vida é o que tenho hoje e, não a casa que a prefeitura quer me dar... Na minha casa eu tenho espaço para meus porcos, cocheira para o cavalo, canil para os cachorros, e ainda, espaço para depositar o lixo seco que coleteo (latinhas de refrigerante e plástico) e ainda as árvores e tem até as frutíferas, como a romã. Isto é que é qualidade de vida! E não esta casinha que querem me dar, pequena e sem pátio! Vou ter que me desfazer de tudo e viver do quê? E não tenho escolha!

As imagens mostram a habitação referida na fala.



Figura 16 – Moradia da família



Figura 17– Frutíferas e Resíduos p/ Reciclar



Figura 18 – Cocheira do cavalo



Figura 19 - Canil

⁵ Comentário de um traficante. Percebemos muita tristeza em sua fala. E quando indagamos sobre sua expectativa em relação à casa nova, sacudiu os ombros e disse que teria que sair dali (casa de sua avó que ele morava junto) mesmo. N.A.



Figura 20 – Criação Suínos p/ Geração de Renda

Figura 21 – Alimento dos Suínos

Relacionamos o imaginário favorável ao jeito de viver com os padrões tipológicos imperecíveis da memória,⁶ com o que Gaston Bachelard descreve como as lembranças das antigas moradas, as quais são revividas como devaneios e, por isso, tais moradas do passado são imperecíveis dentro de nós.

Hewison (*in* Harvey) explica que o impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado é a fonte de significação como símbolos culturais.

Percebemos a diversidade deste espaço habitacional como representação simbólica, evidenciando espaço de linguagem e quadros de referências e valores diferenciados na imagem simbólica do lugar e esse, enquanto espaço de interações, memórias e vivências cotidianas.

O comportamento de superioridade e de projetista explorador no trabalho com populações deve ser evitado. Quando envolvemos pessoas como objeto de nossa intervenção, estas merecem respeito e consideração e, portanto, têm o direito de conhecer o que foi produzido a partir de suas informações.

O segundo momento do projeto foi a devolução à comunidade dos resultados obtidos com as informações por ela fornecidas.

Na reunião que marcamos para apresentar os dados da pesquisa, compareceram muitos

⁶ BACHELARD, Gaston. Babot, Lorena; Urbanizador Social - da informalidade à parceria. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006.

moradores. Entregamos os convites de casa em casa para o evento. Percebemos estranhamento e curiosidade das pessoas quanto ao motivo da reunião. A apresentação foi em lâminas de retroprojektor, através de gráficos em forma de pizza. A receptividade e participação dos moradores foram ótimas. Inclusive alguns se identificavam nos gráficos e falavam que aquele dado ele é quem tinha fornecido. Aqui o morador se manifestou quando apresentamos uma tabela referente à quantidade e espécie de animais que as famílias tinham em suas habitações:

Aquelas codornas são as minhas! (sic)

As imagens abaixo ilustram o momento da reunião:



Figura 22 - Aguardando início da Reunião



Figura 23 – Apresentação dos Resultados



Figura 24 – Participantes da Reunião

A partir da nossa aproximação com o ambiente habitacional das famílias e do levantamento de dados das entrevistas nas visitas domiciliares, elencamos elementos⁷ com

⁷ Consideramos elementos aquilo que compõe todo o espaço habitacional (plantações, árvores, criação de animais) que são significativos e expressam o jeito de viver de um dado grupo social. N.A.

representatividade simbólica relacionados ao modo e estilo de vida⁸ destas famílias. Estes elementos foram transformados em temas de oficinas, os quais relacionamos considerando a significação simbólico-ambiental dos procedentes espaços habitacionais. Os demais temas foram relacionados no sentido de qualificar a saúde do ambiente habitacional e de seus habitantes.

Então, no terceiro momento, desenvolvemos oficinas com grupos de famílias, na associação de moradores local. Realizamos sete oficinas com os seguintes temas:

Oficina nº 1- *Roedores e Armazenagem de Alimentos*

Objetivo: identificar a forma de armazenamento dos alimentos e orientar os moradores a descobrirem a melhor maneira de armazená-los, conforme suas condições, evitando o acesso dos roedores aos alimentos e às suas residências; orientar sobre as condições de armazenagem dos alimentos (temperatura, entre outros) em estabelecimentos comerciais, tanto para proprietários, evitando interdição do estabelecimento, quanto surtos aos consumidores.

Nas entrevistas, percebemos que o ambiente habitacional facilitava muito a presença de roedores, devido à falta de infra-estrutura e ao modo de organização e utilização dos espaços comuns e habitacionais, considerando que o ambiente não modificaria até o reassentamento e, também, que os móveis e utensílios de algumas famílias eram precaríssimos. Para esta oficina contamos com a participação de colegas do NVRV e da Equipe de Vigilância de Alimentos da CGVS.

Oficina nº 2 - *Animais - uso doméstico, comercial e criação*

Objetivo: orientar moradores quanto à necessidade de manter a boa saúde de animais no convívio doméstico e sobre a higiene do ambiente para criação de algumas espécies, esclarecendo que no loteamento regular não é permitida a manutenção da criação, assim como o comércio ilegal dos mesmos. A partir desta oficina foi organizado um dia onde os veterinários foram à comunidade para aplicar medicação e cadastramento dos cães. Cada

8 O estilo de vida das classes populares deve suas características fundamentais, compreendendo aquelas que podem parecer como sendo as mais positivas, ao fato de que ele representa uma forma de adaptação à posição ocupada na estrutura social... Pierre Bourdieu. *Gostos de Classe e Estilos de Vida*.

morador levou seu animal, e os animais abandonados foram levados ao canil municipal para doação.

Observamos que as famílias que criam galinhas, patos, codornas, porcos e cavalos nem sempre os utilizam para geração de renda; muitos são domesticados e tem até nome, demonstrando relação afetiva de seus donos com seus animais.

Contamos com a colaboração dos colegas do Núcleo de Vigilância da População Animal da CGVS/SMS. Convidamos os colegas da EPTC, que não compareceram, para relacionar os veículos de tração animal, para os quais os cavalos são usados e as carroças devem ser emplacadas, mas que, portanto, no loteamento regular não é possível mantê-las.

Oficina nº 3 – *Reciclagem de Resíduos Sólidos*

Objetivo: esclarecer a política das Unidades de Triagem na cidade e especificamente na região, assim como o adequado armazenamento dos resíduos, evitando a proliferação de roedores nos domicílios como em toda comunidade.

Muitas famílias vivem da reciclagem de lixo e não percebem a necessidade de distinção de ambientes. Contamos com os colegas do DMLU e do NVRV/CGVS.

Oficina nº 4 – *Cultivo de árvores frutíferas, hortaliças e outras plantas*

Objetivo: orientar a maneira adequada do cultivo de folhagens, frutíferas e hortaliças no atual e se possível, havendo espaço físico, no novo ambiente habitacional como também orientar que famílias podem comercializar seus produtos cultivados em feiras na cidade; orientar sobre o tipo de árvore/folhagens que pode ser plantada nos novos loteamentos, de modo que não atrapalhe as instalações subterrâneas hidráulicas e elétricas, aproveitando o pequeno espaço disponível.

Observamos famílias que mudaram para loteamentos regulares no entorno que, por gostarem de árvores, plantaram cinamomos entre outras espécies, e que por falta de conhecimento, estas podem causar danos as instalações no loteamento. Contamos com colegas da SMAM e SMIC.

Oficina nº 5 – Prevenção à Dengue

Objetivo: orientar os possíveis focos para eliminar a proliferação do vetor da Dengue. Em muitos domicílios visitados, identificamos vários focos com água limpa e parada. Colegas do NVRV participaram.

Oficina nº 6 – Uso de Medicamentos

Objetivo: orientar famílias sobre a necessidade de terminar o tratamento indicado pelo médico e não interrompê-lo quando se percebe melhora; informar quanto aos riscos quando se procura atendimentos referentes à saúde (curativos, aplicação de injetáveis) fora de um serviço de saúde. Alguns moradores relataram que vizinhos realizam este tipo de atendimento. Colegas da Unidade Básica de Saúde Diretor Pestana trabalharam este tema.

Oficina nº 7 – Prevenção ao Bicho de Pé

Objetivo: orientar sobre quais ambientes são propícios para o bicho de pé; retirar a pulga (Tungíase) dos cães infectados e orientar as famílias para que retirem o bicho de pé nos serviços de saúde e não em casa, pois desta forma corre-se o risco de sofrer infecções. Os colegas do NVRV deram as orientações. Percebemos que o bicho de pé se transformou em algo comum na vida destas famílias, devido ao favorecimento da infestação causada pelo solo arenoso; não a consideram como doença e sim como um “incômodo”.

Os temas Cuidados com Crianças e Idosos não foram trabalhados, devido à orientação do grupo de trabalho que não achou procedente abordá-los, por serem práticas ilegítimas. Respeitamos o posicionamento do grupo, mas discordamos, pois se na realidade estas situações ocorrem, devem ser abordadas e trabalhadas com a comunidade para esclarecimentos de legalidade e não serem ignoradas, como se não acontecessem. *Não devemos fechar os olhos ao que vemos.*

Para ultima etapa de nosso projeto nesta primeira fase do PIEC, utilizamos o mesmo instrumento (DVAS) às famílias após dois meses de mudança para as novas casas, com a finalidade de identificar suas percepções no novo ambiente habitacional.

Constatamos que algumas famílias estavam felizes na nova casa, outras já estavam com a água e/ou luz cortadas devido à falta de pagamento.

Algumas famílias já utilizaram o pequeno espaço externo da nova casa, jardim e pátio, para depositar os resíduos coletados; não abriram mão em utilizar o espaço habitacional também como espaço de trabalho. Aquelas onde no entorno do novo loteamento havia vila irregular, aproveitavam para deixar sua carroça e cavalo. Outras mantiveram seus carrinhos de coleta em frete à casa nova, atrapalhando o acesso de pedestres e veículos no loteamento.

Observamos em algumas casas o imediato aproveitamento no pequeno espaço para expressão do verde. Plantaram gramas, flores e folhagens.

A partir da análise dos dados, um aspecto chamou nossa atenção. A atividade profissional de alguns moradores dos três loteamentos novos, naquele momento, apontou que não viviam mais da reciclagem e biscates, mas de atividade formal remunerada. Esse dado nos remete a questionar se essas famílias são as mesmas moradoras das ocupações irregulares ou se, nesse período de tempo, conseguiram se inserir no mercado formal de trabalho. O mais interessante é que estas famílias desejavam sair destes loteamentos. Podemos pensar que este perfil de famílias está de acordo com a tipologia do loteamento, por seu padrão e modo de vida, mas talvez não estejam acostumadas com os modos de vida de famílias que vivem em bairros sociais e, até, sentem-se amedrontadas com a convivência.

Este questionamento ficou em aberto por não considerarmos, naquele período, como objeto de investigação, a realidade de trabalho das famílias pós-mudança, e nem nos competia investigar a possibilidade de negociação do imóvel.

A participação dos moradores se traduz através de representantes denominados *líderes* nas comunidades. Sabemos que uma comunidade pode ter mais de um líder, mesmo que ainda estes necessariamente não residam nas vilas que representam. Essa representação muitas vezes fica comprometida e não expressa a totalidade dos moradores de uma comunidade. Por haver facções, algumas famílias não querem participar de nenhuma e assim não são representadas e nem ouvidas. Outro possível conflito é quando os líderes se confrontam por objetivos diferentes na mesma vila. Esta situação pode comprometer o trabalho, pois faz parte da conduta nos setores da prefeitura os técnicos se dirigirem aos líderes para combinar as ações. Entendemos que este tipo de participação propicia um movimento de manipulação

tanto por parte do setor municipal com a comunidade que elenca os momentos e temas das reuniões, quanto da comunidade com a própria comunidade através de seus líderes. Isso não quer dizer que quando a comunidade solicita um encontro para discutir algum tema, o município se negue a realizar.

Considerando esta situação demonstramos respeito pelas lideranças por sua representatividade, trabalhamos junto, mas fomos além. Procuramos abordar e valorizar a manifestação de todos os moradores. Agimos com muita prudência no sentido de não demonstrar filiação ou simpatia a algum grupo de líder.

No período que desenvolvemos este projeto, observamos que cada setor municipal realizava ações pontuais. Nem todos os representantes das secretarias participavam de todas as reuniões, fóruns deliberativos com as comunidades e muito menos de reuniões de planejamento da elaboração do loteamento.

O órgão de maior poder era aquele responsável pela política habitacional e, portanto o que ditava a regra dos loteamentos, não se cogitando nenhuma possibilidade de participação de outras secretarias no que tange a sua especificidade. E este setor conta com um quadro funcional multidisciplinar, porém não agregam seus saberes no momento do planejamento da identidade dos loteamentos ou conjuntos habitacionais. Planejam, mas de acordo com a intervenção respectiva a sua área específica.

O modelo cartesiano que fragmenta as intervenções é uma característica de tradição institucional. Ações pontuais, não garantem a efetividade das intervenções e por isso muitas situações regredem, outras nem se desenvolvem o que compromete na política de habitação social a garantia em minimizar o déficit habitacional e a qualidade de vida da população beneficiada, assim como o desenvolvimento sustentável da própria cidade.

A concepção de desenvolvimento sustentável é vista como favorável para comunidade internacional, porém, dificilmente se observam compromissos e metas além do discurso que visa o crescimento econômico, pois se encontram ainda, vinculada e subordinada ao mercado e a ideologia que o sustenta. (Augusto, 1997.)

Reconhecemos os esforços de alguns gestores para trabalharmos de maneira integrada, primando o nome do programa, mas observamos resistências por alguns técnicos dos setores municipais.

Babot (2004) apresenta como conflitos, em sua obra *Urbanizador Social*, o ato de projetar de olhos vendados para a diversidade do espaço do habitat social de pessoas de baixa renda e a falta de consciência sobre a diversidade social que conduz a um poder de crítica limitado em relação aos projetos de interesse social, por estes continuarem a ter formas homogêneas.

O modelo padrão de tipologia de casas empregadas nas políticas de habitação para inclusão social de camadas populares requer um estilo de vida, uma maneira de organização e utilização do espaço público/privado e ocupação do solo urbano, que não condiz ao modo de vida das famílias envolvidas. Este modelo nos remete ao entendimento de uma idéia modernista como percebe HARVEY, David “os modernistas vêem o espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais e, portanto, sempre subserviente à construção de um projeto social...e ainda, que o impulso modernista – parcialmente por razões práticas, técnicas e econômicas, mas também ideológicas – de fato se deu ao trabalho de reprimir a significação do capital simbólico na vida urbana. A inconsciência dessa democratização e desse igualitarismo forçados pelo gosto diante das distinções sociais típicas do que, afinal, permanecia uma sociedade capitalista vinculada a classes sem dúvida criou um clima de demanda reprimida, senão desejo reprimido.”

A Habitação Social Moderna inaugurou uma forma rápida e econômica de construção através de fabricação padronizada e serializada de elementos, formas simples, fachadas coloridas e a concepção de espaços diferenciados contribuíram para identidade da Nova Arquitetura Social. (Simone Mello)

A população de baixa renda apreende, no seu imaginário, que se adquirirem o estilo de vida⁹ da burguesia, passarão a ter outro status social e isso de certa forma é reforçado pela política habitacional. Mas quando passam à prática deste estilo de vida, percebem que nem todas suas necessidades são satisfeitas além de se defrontarem com novos problemas. Um deles é terem que raciocinar economicamente (como um indivíduo de outra camada social) como será a distribuição de sua renda para pagar taxas de luz, água, lixo, prestação da casa, iluminação pública, transporte além de outros gastos que tinha no outro jeito de viver.

9 Pierre Bourdieu refere que às diferentes posições que os grupos ocupam no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de diferenciação que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência. E No texto de Rita de Cássia Amaral, *Estilo de vida é a forma pela qual uma pessoa ou um grupo de pessoas vivenciam o mundo e, em consequência, se comportam e fazem escolhas.*

Segundo Augusto, Nuno Miguel a condição de ator da população a ser reassentada, considerando esta estratégia governamental, confina-se muitas vezes à de receptor passivo ou beneficiário, diante desta maneira fundamentalmente assistencialista.

Por não estar identificado com o novo habitat, o indivíduo não o promove nem o defende e dificilmente consegue gerar lógicas de ação coletiva. (Guerra, 1994).

Geralmente, na formulação das políticas públicas habitacionais, prevalecem práticas como clientelismo, assistencialismo e autoritarismo, configurando um cenário pouco participativo.

Palhares¹⁰, no seu estudo de caso de um conjunto habitacional em Belo Horizonte, buscou entender o que leva as famílias a modificarem a casa depois de recebida e percebeu os erros da política habitacional aplicada, como também critica a forma de projetar de seus colegas arquitetos inseridos nos serviços públicos no sentido de assumirem uma postura acrítica, mesmo considerando as restrições impostas pelas políticas públicas de habitação.

Tanto os arquitetos, quanto os técnicos da Secretaria Municipal de Habitação, tendem a não considerar a importância do grau de liberdade que as modificações possam dar aos moradores, no equacionamento de suas necessidades. [...] Reforça-se a importância de considerarmos os aspectos positivos das modificações [...] (p. 174)

Verificou-se a necessidade das áreas de recuo como possibilidades de expansão para aquelas famílias que necessitam de mais espaço. Pode-se concluir que naquelas unidades onde a área externa era mais generosa, as ampliações foram bem resolvidas, enquanto naquelas onde o espaço externo era escasso surgiram mais situações em que a necessidade motivadora a intervenção não foi totalmente atendida, gerando ou não novos problemas. (Palhares, Sergio Ricardo. 2004)

Castro e Kapp, que fizeram o relatório do debate¹¹ sobre o estudo de caso descrevem que Palhares percebeu que as modificações vinham de uma necessidade de obter mais espaço, seja pela ampliação dos cômodos existentes ou pela criação de outros novos. Viu então que tais interferências eram provenientes da inadequação dos moradores ao espaço que lhes fora

¹⁰ Palhares, Sergio Ricardo – Variantes de Modificação em Habitação Popular – do espaço planejado ao espaço vivido. Dissertação de mestrado UFMG. Out/2004

¹¹ Debate Público realizado durante o colóquio MOM PAD EMAU: Pesquisas em Habitação, na Escola de Arquitetura da UFMG. OUT/2004.

entregue. Para as pessoas que lá habitavam, o resultado estético ficava em segundo plano frente à necessidade de espaços adequados ao tamanho, às atividades e aos hábitos das famílias. Essa insatisfação nem sempre é percebida no momento da entrega das chaves, frente à euforia dos moradores pela aquisição da casa própria. Assim, a inadequação não é registrada na maioria das avaliações da Urbel, realizadas quase sempre nesses primeiros meses de uso.

E quanto aos seus colegas Palhares ressalta, além disso, que o arquiteto, figura fundamental para a articulação dos anseios populares e das limitações impostas pelo poder público, na maioria das vezes não está preparado para essa tarefa, pois não está habituado à vivência junto a comunidades carentes e, assim, compreende mal as necessidades desses grupos. Por maior que seja o envolvimento do profissional, muitas vezes não consegue ver como aplicar seu trabalho com criatividade, uma vez que já encontra todas as limitações projetuais que o programa tradicional requisitado pela Urbel exige.

Ainda assim, os órgãos públicos responsáveis pela habitação e os próprios arquitetos se atêm, até hoje, ao modelo de planejamento de soluções prontas. E conclui, é certo que as idéias que surgiram no debate, estejam elas pautadas nos conceitos de flexibilidade ou de expansibilidade, são difíceis de serem colocadas em prática sem mudanças na política municipal de habitação que, em sua atual conjuntura, não tem espaço para o emprego de tais conceitos. Um dos pontos cruciais, a participação popular, que em teoria já vem sendo aplicada, não encontra modos de agir frente ao enorme engessamento em que se encontra e para o qual continua caminhando a atual Política Municipal de Habitação.

Quando as famílias constroem os famosos “puxadinhos”, muitos projetistas não compreendem o motivo. Mas se observarmos, esta peça significa a única parte da casa que reflete a identificação e sentimento de pertença destas famílias, buscando resgatar sua cultura e sentindo-se parte da habitação na intencionalidade de se apropriar da casa, transformando o novo espaço habitacional de acordo com suas necessidades.

Conforme Augusto, Nuno Miguel o modo como o indivíduo se relaciona no seu espaço e o modo como constrói a sua identidade, dificilmente gerarão uma participação dos atores neste novo *habitat*. O indivíduo não defenderá o seu espaço se não se identificar com ele e dificilmente porá em marcha uma iniciativa coletiva se carecer de relações de sociabilidade regulares.

A sensação é que da noite para o dia, as famílias passam a habitar um local totalmente diferente e que exige um novo comportamento “imediato/instantâneo”, quanto à forma de habitar e relacionar-se com a habitação e *habitat*.

A habitação social acaba, portanto, por demonstrar uma dupla incapacidade, quer na construção de um espaço relacional, quer nas possibilidades de uma apropriação social deste espaço. Que motivos poderão estar subjacentes à disfuncionalidade desta tríade e de que modo ela se reflete nas percepções e nas práticas sociais dos atores? Os motivos são vários e dificilmente analisáveis sob um único ponto de vista. Para tal, é necessário ter em conta, não apenas as características do espaço urbano enquanto elemento físico, mas fundamentalmente a construção social desse espaço. À sua homogeneidade interna (arquitetônica e socioeconômica), contrapõe-se uma forte heterogeneidade relativamente a outros espaços que compõem o tecido urbano. Iguais entre si, os bairros sociais, neste caso os bairros onde são construídos os loteamentos populares, são distintos de todos os outros espaços da cidade, quer em termos sociais, quer arquitetônicos ou de espacialização no tecido urbano, pelo que, facilmente representam situações de segregação urbana (Augusto, Nuno Miguel).

Cada sociedade ou grupo social, com a convivência, imprime marcas em seus membros, tanto através de inscrições físicas (tatuagem) como estéticas (vestuário, acessórios) e comportamentais (forma de andar, sentar, repousar).

O pertencimento social é, dessa forma, corporalmente inscrito, podendo ser identificado pelos demais membros daquela sociedade. Essas marcas corporais podem corresponder a diferentes situações – como classes sociais, faixa etária, etnia, posição social – e, nesse sentido, indicam estados passageiros ou permanentes dos indivíduos. Os gestos e os movimentos não são mais percebidos como naturais, mas como socialmente aprendidos. Assim, o natural é o que cada sociedade estabelece como tal.

Percebemos que a sensação de não pertencer, por parte de algumas famílias, faz com que elas nem consigam se oportunizar um tempo de experiência na nova habitação e, então se mudam para outros espaços de áreas irregulares onde poderão manter sua cultura. Acabam negociando a nova casa, sem habitar, geralmente por valores irrisórios. Este movimento, de certa forma, influencia a ocupação irregular, em vez de minimizá-la como pretende o governo.

O exercício da cidadania requer dos projetistas sociais, a conscientização de que estas famílias já pertencem à cidade e por isso lhes deve ser permitido o exercício da sua cidadania pensando, refletindo, opinando e indagando sobre o seu futuro habitat. Desta forma o sentimento de pertença se insere na participação ativa e permanente em todo processo.

Babot indaga ainda, como pensar num projeto sustentável sem pensar nas especificidades de cada cultura e lugar, na gestão mais eficiente dos investimentos público e privado para a urbanização e nas condições e direitos da população.

A base de sustentabilidade de um programa não se garante, se a população envolvida for considerada beneficente e as estratégias de ação camuflar com o discurso da democracia, o real exercício da cidadania.

3.1.1.1 Planilha Conflitos e Potencialidades

CONFLITOS	DESCRIÇÃO DO CONFLITO	POTENCIALIDADES
Grupo A		
Falta de local para abrigar animais: cavalos, codornas, galinhas, porcos, outros.	Na ocupação irregular há lugar para os animais dentro do espaço habitacional. A subsistência de muitas famílias é através destes animais.	
Falta de espaço para produção de hortifruti.	Na ocupação irregular há lugar para plantações de hortaliças, frutíferas, árvores de grande porte e folhagens dentro do espaço habitacional, que propicia renda às famílias.	Capacidade da população em trabalhar com produção primária.
Falta de espaço para carroça e carrinho da coleta de resíduos.	Na ocupação irregular as carroças e carrinhos ficam no mesmo espaço habitacional.	Experiência em trabalho de reciclagem de resíduos sólidos.
Falta de atendimento imediato a procedimentos de enfermagem (aplicação de injetáveis, curativos, retirada do bicho de pé).	Na comunidade, algumas pessoas realizam estes procedimentos em seus vizinhos quando necessitam.	Implantação de mais uma Equipe de Saúde na região. Possibilidade de moradores participarem da seleção de funcionários.
Senso comum da população em relação à convivência com roedores	Devido à maneira de viver, a forma de uso e distribuição dos espaços individuais quanto coletivos na ocupação, existe alta proliferação de roedores. Crianças brincam e até os alimentam.	
Grupo B		
Insatisfação com tipologia das novas casas, material de construção.		

Moradores não participam do planejamento de suas casas	Moradores conhecem as casas que vão morar depois do projeto pronto.	Participação ativa dos moradores no momento de pensar o projeto do loteamento junto com grupo técnico interdisciplinar.
GRUPO C Centralização da gestão do planejamento dos projetos de loteamentos populares em um setor municipal. Imaginário das famílias não corresponde ao novo jeito de viver.	Componentes dos grupos de trabalho não indagam viabilidade de sustentabilidade das famílias nos loteamentos populares e nem achavam necessária sua contribuição no embrião do planejamento, pelo contrário, não entendiam como algumas famílias não estavam satisfeitas. Em reuniões técnicas intersetoriais, estes temas pareciam estar resolvidos devido à implantação dos loteamentos populares.	Participação de técnicos de outras secretarias na elaboração dos projetos de loteamentos populares.

3.1.2 Reflexões sobre o projeto desenvolvido

A oportunidade de participar deste programa municipal nos trouxe profundas vivências e nos sensibilizou a algumas reflexões quanto à necessidade de conhecer o modo de vida e cultura das famílias, sobre o processo de participação no programa como um todo e inclusive o grau de satisfação da comunidade na tipologia de loteamento popular oferecido.

A procedência da maioria das famílias, direta ou indiretamente, é de cidades do interior do estado e expressam de alguma maneira, os modos de vida rural.

Quando questionada a comunidade sobre a vontade de mudarem para as novas casas, a maioria respondia afirmativamente, pois referiam que melhoraria o problema de alagamentos, falta de água, segurança, entre outros.

Quando foi apresentada a tipologia das casas à população, muitas famílias não se agradaram, pois eram muito diferentes em nível de espaço físico, de suas casas de origem. Tanto aquelas famílias que priorizavam a área externa e tinham um habitáculo - habitação pequena e modesta - quanto àquelas com melhores condições, porque o tamanho de suas habitações (peças, cômodos) era bem maior que as oferecidas e eles não tiveram escolha.

O pátio das novas habitações não comporta espaço para plantar árvores o que se apresenta como necessário às famílias por ter uma representatividade simbólica de sua cultura e, ao mesmo tempo, ser espaço de convivência para os animais domésticos. Entre as casas e calçadas, também não há espaço para árvores. As casas são expostas ao sol a pino, o que consideramos na ótica da saúde ambiental, insalubre aos moradores. Percebe-se que não há preocupação à saúde humana nestas tipologias, no sentido de aproveitamento da luz, aquecimento solar e nem aproveitamento de vegetação para proteger as casas do calor no verão e dos ventos frios.

Em alguns loteamentos, o estreitamento das calçadas não comporta o fluxo de mais de duas pessoas ao mesmo tempo.

As escadas helicoidais acabam sendo risco de queda para crianças e idosos, pois os dormitórios são na parte superior. Se houver algum obeso na família, este não poderá subir as escadas, pois ficará entalado. Também dificulta, no momento da mudança, a passagem dos móveis (daquelas famílias que possuem móveis) para parte superior do sobrado, fazendo com que estes fossem alçados pelo exterior da casa e colocados para dentro, através das janelas.

As casas térreas possuem uma melhor distribuição interna dos cômodos, porém o pátio é também como o dos sobrados, muito pequeno. Nas imagens do item Tipologias dos Conjuntos Habitacionais visualizamos estas características.

Quanto à participação da população no PIEC, observamos que a população somente participava de alguns momentos estabelecidos pelos técnicos projetistas, isto é, depois que o desenho das casas já estava feito. A população não participou do momento da elaboração do “embrião” do projeto, não puderam opinar qual tipologia de casa estaria de acordo ou se aproximaria com suas necessidades preservando sua cultura¹². Um grupo populacional estabelece uma espécie de código quando compartilha as diferentes dimensões de cultura e desenvolve a própria cultura local. Por seu caráter simbólico, a cultura não é abandonada quando as famílias se mudam, e assim é fundamental inseri-la nas tipologias habitacionais, uma vez que é a forma que um grupo social estabelece para classificar coisas e atribuir-lhes um significado¹³. Considerando estas referências, não podemos esperar que as estratégias

¹² GEERTZ, 1989. Cultura é a teia de significados que o home teceu, a partir da qual ele olha o mundo e onde se encontra preso. In: A Interpretação das Culturas.

¹³ Ceres Gomes Victoria, Daniela Riva Knauth, Maria de Nazaré Agra Hassen, 2000.

utilizadas pela política habitacional promovam o sentimento de pertença dessas famílias ao novo local de moradia e nem que sejam habitações sustentáveis.

Referente às atividades que realizamos com os moradores, a participação foi bem representativa, assim como o aproveitamento das informações e orientações recebidas. Alguns relataram que estavam surpreendidos positivamente com o trabalho da vigilância da saúde.

Estabelecemos vínculo sólido com estas famílias. O tipo de abordagem que tivemos propiciou aproximação com as realidades, possibilitando a compreensão e a valorização de suas representações simbólico-culturais. Acreditamos que, por isso, desenvolveu-se uma credibilidade e confiança em relação a nós e, conseqüentemente, ao nosso trabalho.

3.1.3. Diagnóstico

Este diagnóstico é o resultado da reflexão sobre a experiência vivenciada. A partir do projeto desenvolvido no PIEC, identificamos conflitos e potencialidades por grupos e de acordo com estes grupos relacionamos os seguintes *Subsistemas Decisor*:

- **Grupo A:** Tipologia adotada inadequada às características culturais das famílias envolvidas no programa, de forma a promover a insustentabilidade na maneira de viver e a manutenção da saúde ambiental;
- **Grupo B:** População não participa da construção do desenho da tipologia habitacional e loteamento;
- **Grupo C:** Inexistência da interdisciplinaridade e intersetorialidade na elaboração dos projetos dos Loteamentos como na gestão e operacionalidade.

Tendo em vista os conflitos apontados e os subsistemas *decisor* relacionados a eles, concluímos que a inadequação da tipologia adotada às características culturais da população, é um fato relevante a não consolidação do modelo adotado e, portanto, sinaliza urgência em modificar a forma de projeção destes espaços de morar para Habitação de Interesse Social.

Para isso, o Tema Gerador fica assim definido:

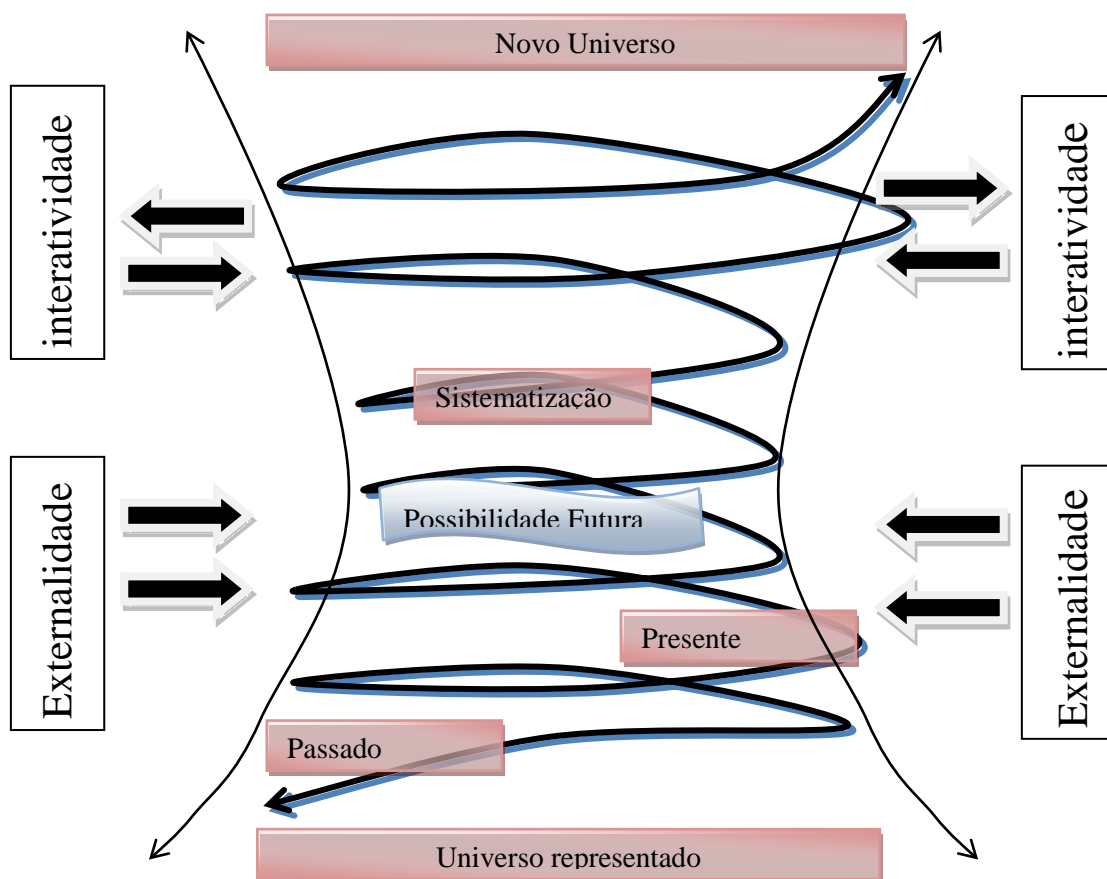
Busca por um modelo de gestão diferenciado, agregador da interdisciplinaridade e intersetorialidade, assim como a inserção da participação ativa da comunidade envolvida em todo processo de elaboração e construção, com a finalidade da auto-gestão e sustentabilidade num novo modelo de espaço habitacional.

4 CAPITULO III

4.1 MODELO DE GESTÃO PROPOSTO

4.1.1 Construção de um Modelo de Gestão Interdisciplinar e Intersetorial para Planejamento de Loteamentos Populares

Construir um modelo de gestão sustentável requer assimilar e admitir que as relações que os seres humanos estabelecem entre si e com o ambiente são complexas. Tudo se interconecta, passado, presente, futuro. A complexidade se dá neste movimento:



Desta maneira é que entendemos o mundo em que vivemos. Os fenômenos nunca são os mesmos, embora suas manifestações pareçam iguais e sendo todos interdependentes. Partindo deste pressuposto, acreditamos que o desenvolvimento no âmbito social suscita uma abordagem holística podendo ser inserida ao método de abordagem interdisciplinar para a construção de desenho de habitações sociais. Permite considerar um sistema global de interações, onde se combinam as restrições naturais, as forças do mercado, as práticas técnicas e as relações sociais e/ou simbólicas.

O modelo a ser desenvolvido deve representar a mudança de uma maneira integrada e holística e que vá além da constatação que “tudo se junta”, pois tudo se junta e se transforma ao mesmo tempo.

Nesta complexidade é necessário delimitar os campos nos quais se articulam as interações e distinguir os níveis de realidade onde estes se situam. A expressão destas interações se traduz em práticas humanas que representam a realidade no momento.

O saber específico e centralizado não produz nada, além dele mesmo. Assim entendemos que para consolidar um modelo de gestão interdisciplinar e intersetorial que responda a singularidade social do planejamento de habitações sociais, vários atores são envolvidos (profissionais, famílias envolvidas, setores municipais, instituições não governamentais, órgãos financiadores entre outros) e por isso alguns aspectos são necessários:

- Ampliação de paradigmas dos profissionais:

Englobamos todos os profissionais que atuam na escala de tempo início/meio/fim/integral/permanente na política de habitação social.

Apreender a visão holística requer uma disponibilidade interna em expandir percepções, maneiras de pensar além de nossos valores. Não falamos em mudança de paradigmas por acreditarmos que se dessa forma encararmos, já estamos estigmatizando os profissionais em seus saberes adquiridos até o momento. Nada se rejeita tudo se valoriza e por isso falamos em agregar algo ainda latente nestes profissionais.

Trabalhar com o social não é fácil, uma vez que fazemos parte dele, assim como outros atores, não importa em que condição e classe social, mas somos todos da mesma sociedade local, neste caso a cidade de Porto Alegre.

Antes de tudo, temos que nos perceber, de um lado, como participantes e observadores e, de outro, como analistas, artistas, líderes ou seguidores – mas, sobretudo, como profissionais compactuados com social.

É um processo dinâmico, um movimento pulsante - ao mesmo tempo progresso e oscilação, um fluxo em espiral. O profissional tem que estar ao mesmo tempo dentro e fora do processo do organismo, dentro e fora da intervenção e dentro e fora de seu próprio processo. Precisa estar equilibrado, centrado no meio do fluxo social. (KAPLAN, Alan. 2005)

Esta capacidade exige o exercício de colocar entre parênteses seu mundo, olhar e pensar além dele para assim apreender o novo e desenvolver novas faculdades. *Todo processo na natureza, corretamente observado, faz despertar em nós um novo órgão de cognição.* (Johann Wolfgang Von Goethe)

Capra coloca que as nossas percepções acabam sendo nossos limitadores, porque são interrompidas pelo reconhecimento. Sempre enquadramos uma situação que está a nossa frente de acordo com o que temos armazenado em nosso “arcabouço mental”. Neste momento interrompemos a neutralidade e automaticamente rotulamos a situação como algo já conhecido, impedindo-nos de analisar a realidade apresentada desvelando o inédito.

Tudo é exótico e familiar ao mesmo tempo (Da MATTA), depende da ótica que se analisa e do papel que desempenhamos no momento da situação. Para trabalhar com o social, é necessário ter interesse pelo processo social além de uma habilidade para trabalhar com esse movimento invisível e subjacente.

Kaplan cita as habilidades que consideramos imprescindíveis:

- Aprender a enxergar o processo em si, apreciar o todo subjacente. Ver todo o sistema como um só ser, em vez de focalizar cada parte componente.
- Compreender os padrões arquetípicos que permeiam o processo humano e social e, por outro lado, ler a unicidade dos caminhos individuais que se manifestam através desses padrões arquetípicos.
- Integrar a disciplina da intervenção a esses processos sociais juntamente à integração de outras disciplinas e setores envolvidos nos processos, possibilitando uma práxis integrada e flexível.

- Ter a capacidade de desenvolver estas habilidades e conseqüentemente novas atitudes é que consideramos o profissional um *PROJETISTA SOCIAL*.

A partir da concepção de Projetista Social, o próximo aspecto a considerar é a população alvo do processo de trabalho:

- *Entendendo As Famílias da Comunidade como Atores Sociais*

A primeira coisa que o projetista social deve considerar quando vai pensar a elaboração de um projeto que envolva comunidades de baixa renda, é partir do pressuposto que não há diferenças entre eles enquanto ser social, olhar através da horizontalidade.

O que há, são diversidades pela especificidade do modo de vida. Os valores, os símbolos podem ser os mesmos, mas os significados são diferentes.¹⁴ Suas representações sociais é que devem ser entendidas e valorizadas.¹⁵ Em uma mesma comunidade, a distribuição de grupos de famílias por espaços habitacionais já demonstra diversidade visual e por tanto diversidade no jeito de viver.

Partir da idéia pré-concebida que estas famílias pertencem à classe social de baixa renda imprime um modelo já pronto de projeto, colocando-os no lugar de *benéfices* e massificando-os numa só realidade.¹⁶

O estudo “pré-projeto” deve objetivar conhecer o modo de vida das famílias envolvidas, grupo por grupo, se for dessa maneira o processo de reassentamento. O projetista social, seja qual for sua área disciplinar, deve agregar o olhar de antropólogo social, que “(...) *toma como ponto de partida a posição e o ponto de vista do outro, estudando-o por todos os meios disponíveis. Se existem dados históricos, fatos econômicos, material político, tudo é usado e entra na reflexão. Nada deve ser excluído do processo de entendimento de uma forma de vida social diferente.*” (Da MATTA, Roberto)

¹⁴ O modo como se come o que se come e como se faz a comida são indicador de valores que constituem a distinção do meio social numa dada sociedade. AMARAL, 2007.

¹⁵ JODELET, 1989. As representações sociais podem ser entendidas como formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas que possuem fins práticos e concorrem à construção de uma realidade comum a um grupo social.

¹⁶ Rotular grupos de famílias como pobres, incide automaticamente, no entendimento da sociedade, que devem se dar por satisfeitos por que não tinham nada e agora ganharam uma casa e ainda reclamam. Pobre não tem direito de escolher, deve sentir-se agradecido pelo que recebe. Torna para sociedade um Ser Acrítico. Marzulo, Silvana.

Quando se pretende realmente auxiliar¹⁷ o desenvolvimento da qualidade de vida de uma comunidade, primeiro não se deve subestimá-la; é preciso reconhecer o saber dos moradores e qual a sua idéia em relação à melhoria de qualidade de vida. Geralmente eles têm uma resposta pronta. Na descrição, referem o estilo de vida de outras classes sociais.

Cabe a nós, projetistas sociais, conduzi-los a refletir se realmente este estilo de vida expressa o que valorizam no seu jeito de viver. E, a partir dessa reflexão, juntos poderemos iniciar o esboço de um espaço habitacional de acordo com suas necessidades.

O *pensar junto* propicia identificar limitações que interferem na construção do ideal imaginário, mas leva a descobrir conjuntamente alternativas que se aproximem desse ideal. E o que está no entorno desta *práxis* é a administração municipal.

- Setores Municipais

A noção do que compõem o gestor municipal, já é sabida por todos os municipais, porém, percebemos que no cotidiano das interfaces setoriais isso se torna confuso e complicado. Não nos cabe aqui descrever detalhadamente o universo municipal, apenas vamos contextualizar.

O setor centralizado gerencia e às vezes intervém sobre a ação específica dos demais setores no que tange ao planejamento do desenvolvimento da cidade. Muita coisa está em jogo, diversas arestas se apresentam como limitadores.

Além da questão interna municipal se desenvolvem articulações e parcerias com órgãos financeiros, organizações não-governamentais e partidos políticos e, assim, se compreende a complexidade das relações.

Sob o *olhar de águia*, visualizando este universo complexo, focalizamos o projetista social. Seu papel é fundamental na rede de relações deste universo por ser cidadão, ator social e contribuinte e principalmente por ser municipal, podendo atuar no campo interdisciplinar e intersetorial promovendo a transdisciplinariedade.

¹⁷ Colocamos o termo *auxiliar*, por consideramos prepotência dizer que vamos *melhorar* a vida de alguém. O uso que esse alguém vai fazer é que determina para ele se melhorou ou não, além de depender da sua vontade como também credibilidade de que o que foi modificado qualifica sua vida baseada em seus valores.

Independente da questão política partidária que gerencia o poder municipal, uma vez que se optou por compor o quadro municipal, optou-se também por participar do gerenciamento e execução do desenvolvimento da cidade.

Queremos dizer com isso que deve aceitar o desafio de romper algumas barreiras institucionais e assumir seu comprometimento e responsabilidade neste universo, utilizando-se de sua criatividade e fundamentações teóricas a fim de aplicar a abordagem holística nos programas (alguns já intitulados *Integrados*) de desenvolvimento da cidade.

A administração municipal cumpre com o seu papel, mas o que vai fazer a diferença é a atuação do projetista social. Considerando os aspectos acima e direcionados pela visão holística, sugerimos alguns componentes que possam formatar o projeto de desenho de habitações sociais.

4.1.1.1 Componentes de gestão para o projeto de desenho das Habitações Sociais:

- Delimitação dos campos onde se dão as interações em cada momento.
- Observar e apreender as interações entre os campos referentes à singularidade do social.
- Identificar e compreender os padrões que dão coerência e funcionalidade aos espaços habitacionais.
- Integrar as disciplinas de intervenção no desenvolvimento dos processos nos campos identificados.
- Na trajetória do processo projetual a partir das respostas obtidas, reprojetar.
- Propiciar a participação das famílias em todo o processo de construção, promovendo a sua forma de desenho e incluindo seus próprios conceitos de cores e símbolos no projeto, imprimindo-lhes seus estilos de vida.
- Formar equipes com técnicos de várias disciplinas de outras secretarias para pensar a construção na ótica institucional. No que se refere à qualidade de saúde, o que é imprescindível, para a produção de uma habitação saudável.
- Elaborar viabilidade de construção de Loteamento para Habitação Social Rururbana, na região da cidade onde é permitida produção primária.
- Propiciar às famílias escolherem entre Loteamento Urbano e Rururbano.

- Promover encontro e oficinas de projeto entre técnicos e moradores para construir um desenho de habitação social. Neste encontro cada campo manifestará suas relevâncias. Os técnicos apresentam suas possibilidades e limitações de desenho a partir da instituição. Moradores apresentam o que é de valor e necessário ter no espaço habitacional. Técnicos e moradores elaboram o esboço de um desenho de casa e a partir daí vão construindo o Loteamento.
- Buscar através de estratégias de pesquisa qualitativa, conhecer a cultura local (grupos de famílias) a ser reassentada.
- Verificar quais os elementos que compõem o espaço habitacional, na parte interna (incluindo o tamanho) e externa e como a família se utiliza destes espaços, que uso fazem deles.
- Verificar se a atividade de renda é no mesmo espaço habitacional e qual é o tipo de atividade.
- Como se dá a rotina dos moradores no cotidiano do espaço habitacional.

É possível construir loteamentos populares que contemplem as necessidades das famílias com espaços físicos para: árvores de grande porte, produção local de alimentos, com implantação de hortas domésticas e de paisagismo produtivo, jardins com flores, folhagens e arbustos, pátios, convívio com animais até criação, hortas coletivas, composteiras para tratamento de resíduos sólidos e orgânicos, associada à minhocários, convivência coletiva para lazer, educação e geração de renda, barreira vegetal para evitar a incidência de ventos.

Acreditamos que estes elementos simbólicos culturais são passíveis de serem incluídos nas tipologias de habitação social na cidade de Porto Alegre. Até porque naturalmente algumas tipologias das ocupações e loteamentos irregulares foram ocupando o espaço desta forma. Também porque existe uma zona na cidade rururbana. Então, por que não dar a chance de escolha às famílias de morarem em loteamentos urbanos nas regiões mais centrais da cidade ou loteamentos *rururbanos*, onde possam cultivar sua origem cultural rural?

4.1.1.2 Critérios de referências

Integramos à nossa proposta de modelo de gestão sustentável para Habitação Social as diretrizes da experiência em Nova Hartz, município localizado a 70 km de Porto Alegre (SATTler, Norie – UFRGS, 2003. In Repertório de tipologias):

- A Sustentabilidade social deve ser buscada através de habitações que proporcionem qualidade de vida, oferecendo às populações de baixa renda a possibilidade de viver dignamente. A disponibilidade reduzida de recursos deve ser considerada. Todavia, o objetivo do projeto deve ser a produção de habitações que ofereçam bem estar ao morador e não a produção de habitação de menor custo.
- A Sustentabilidade cultural deve ser buscada de duas formas:
 - Identificação dos elementos de edificação que fazem parte da “memória afetiva” da comunidade; e,
 - Identificação de espaços da edificação que são suportes a atividades e comportamentos típicos dessas comunidades, devendo tais espaços receber maior atenção no projeto.
- A Sustentabilidade espacial é definida pelo tipo arquitetônico proposto, que deverá apresentar as seguintes características:
 - Compacidade, já que a disponibilidade de terreno é limitada, e assim uma maior área fica liberada para a produção de alimentos;
 - Flexibilidade, o que permite uma maior adequação às necessidades funcionais dos usuários e tende a determinar diversidade na composição do ambiente urbano; e
 - Utilização de uma solução formal que não gere conflitos entre os moradores, o que causaria a dispersão da comunidade.
- A Sustentabilidade ecológica das habitações pode ser alcançada através de:
 - Escolha responsável dos materiais e sistemas construtivos, considerando os impactos relacionados a essas escolhas;
 - Otimização do desempenho energético na fase de uso da edificação, principalmente com o uso de formas de energia disponíveis e limpas; e
 - Escolha do tipo de implantação, considerando a topografia e os ecossistemas existentes no local, devendo a edificação de integrar a estes.
- A Sustentabilidade econômica do processo de produção das edificações está relacionada a iniciativas que busquem a redução dos custos de execução e a geração de renda localmente. As iniciativas propostas são:
 - Utilização de materiais locais que não determinam custos relativos ao transporte e que geram empregos na região;

- Produção de projetos sob os princípios da coordenação modular que possibilitem a adoção de sistemas de construção otimizados e a diminuição das perdas de material; e
- Utilização da mão-de-obra dos futuros moradores, que podem ser beneficiados com a aprendizagem de um ofício e que, além disso, podem ficar mais comprometidos com o projeto.

4.2. PROJETO APLICADO

4.2.1 Projeto para Mudança Metodológica

Nossa experiência anterior nos possibilitou reconhecer que a questão de sobrevivência e bens básicos não sustenta a qualidade de vida e saúde. Constatamos, também, que há uma grande diferença conceitual entre o que a política pública considera melhoria na qualidade de vida e o que a população conceitua como qualidade de vida.

A população demonstra que infra-estrutura não é sinônimo de qualidade de vida. Seus hábitos não correspondem ao uso de equipamentos sanitários, entre outras coisas. Observamos que logo no início da ocupação nos novos loteamentos, aparecem problemas de danificação nos equipamentos sanitários, o que nos remete a dois fatores: o material de construção de má qualidade e o desconhecimento dos moradores quanto ao uso e manutenção destes equipamentos. Mesmo assim, não podemos dizer que esta população não se apropria deste lugar tão distante de seu modo de vida. Justamente por tentar se apropriar do local é que vai transformando o local nos padrões culturais do que entendem como espaço habitacional.

A partir dessa revelação, o nosso projeto vem ao encontro dessa controvérsia, na tentativa de minimizar ou transformar a distância de conceitos entre estes atores sociais. Propomos, então, uma intervenção multidisciplinar com estudantes universitários, na perspectiva de construirmos estratégias de ação, considerando a diversidade de saberes, na intenção de obter uma percepção mais próxima da realidade da população e assim, junto com as famílias, propiciar uma resignificação do novo espaço habitacional.

Reafirmamos nossa participação no PIEC, em novembro de 2006, quando fomos indicados novamente a representar a CGVS junto com outra colega da SMS, da gerência distrital daquela região, além de contarmos com mais duas colegas da CGVS.

Sob uma nova administração municipal e, portanto, uma nova gestão, os novos coordenadores do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Comunitário e Educação Sanitária e Ambiental solicitaram um projeto específico da SMS à população envolvida no PIEC.

4.2.2. Projeto de Trabalho para Ações de Educação em Saúde Ambiental

Introdução e Justificativa: O PIEC vem se constituindo, desde a sua implantação, em um programa voltado ao reassentamento das populações em vulnerabilidade social investindo, principalmente, na sua reinserção socioambiental além da qualidade do espaço físico. Essa ação, pela sua dimensão e magnitude, requer participação de vários setores da Prefeitura de forma integrada para o êxito da recolocação dessas famílias na nova estrutura ambiental.

Essa estratégia vem ao encontro do conceito de rede social (MARTINS & FONTES, 2004), definido como o sistema complexo formado pela articulação institucional de ações envolvendo ao mesmo tempo governo, comunidades, organizações civis e instituições científicas. A instância do social contempla a dinâmica individual, mas tem como prioridade às exigências de organização da vida coletiva.

A Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde (CGVS/SMS) está estruturada com ações referentes à temática da saúde ambiental, como fio integrador das atividades entre todos os sujeitos envolvidos com os problemas socioambientais. Tais ações são realizadas por meio dos princípios da promoção à saúde e prevenção a doenças e agravos, pautadas na *intersectorialidade* e com ênfase na educação em saúde, objetivando a construção de novos conhecimentos, novos hábitos e comportamentos, na busca de ambiente saudável para todos.

A estratégia da educação ambiental tem como objetivo desenvolver a consciência, o conhecimento (informação), as atitudes, as habilidades, e, principalmente, promover uma cidadania pró-ambiental competente (TASSARA, RABINOWICH & GUEDES, 2004).

Objetivos: Geral - Promover a continuidade e ampliação das ações de saúde ambiental às comunidades pertencentes ao PIEC.

Específicos - Assistir integralmente às comunidades por meio dos serviços de saúde da região; acompanhar e orientar essas comunidades, a partir das suas condições ambiente-

sanitárias; promover ações de educação em saúde ambiental; promover a participação da comunidade civil organizada na co-responsabilidade socioambiental.

Materiais e Métodos: Para construção da metodologia, consideramos as diversidades de distribuição geográfica da população assim como a distinção de momentos diferentes de realidade por grupos de famílias pertencentes às vilas envolvidas no programa, a fim de planejarmos as ações de educação em saúde ambiental.

Para caracterizar o perfil dessa população e propor um método de trabalho, identificamos quatro grupos:

Grupo 1 - famílias assentadas na 1ª fase (2002 a 2004) do PIEC

Grupo 2 - famílias a serem assentadas em 2006

Grupo 3 - famílias que serão assentadas e temporariamente ficarão em Casas de Passagem

Grupo 4 - famílias que serão assentadas em 2008

Dessa forma, cada situação requer abordagens diferentes, considerando inicialmente o que a população elegeu como necessidade e prioridade de ação.

A partir da realidade apontada por esses grupos de famílias, é possível estabelecer conexões com a educação em saúde ambiental formando uma cadeia de elos entre os educadores e comunidades para construção do conhecimento. É importante que a população possa sentir-se parte atuante do processo para que assuma sua co-responsabilidade na promoção da saúde ambiental e de sua sustentabilidade.

Para ações intersetoriais integradas e efetivas é necessário definir as seguintes estratégias:

- localização geográfica dos grupos;
- visita de reconhecimento geográfico ao local pelos técnicos envolvidos com o desenvolvimento do trabalho de educação em saúde ambiental;
- identificação das interações entre os indivíduos e aspectos relevantes de seu e com o seu ambiente;

- elaboração de instrumento de coleta de dados para registro e informatização das informações;
- criação de banco de dados;
- priorização das ações de acordo com o contexto de cada grupo populacional.

O quadro abaixo apresenta as propostas de ações conforme a situação dos grupos populacionais.

Quadro 1 - Distribuição das ações segundo situação de reassentamento das comunidades do PIEC, outubro de 2006.

GRUPOS	COMUNIDADES*	CONDOMÍNIOS*	AÇÕES	REDES
Grupo 1- Famílias assentadas-1ª fase 413 famílias	-Esperança -IAP -Leito da Voluntários -N. S. Aparecida. -N. S. da Paz. -A.J. Renner	-Progresso -Por do Sol -Tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico ambiental atual. • Identificação dos moradores. • Verificação da relação dessas famílias com a população do entorno e das mesmas com a diversidade de ambientes. • Sensibilização para o uso adequado e de conservação dos equipamentos sanitários intra e extradomiciliares. • Promoção da conscientização coletiva para o bem comum. • Participação nas reuniões da Comissão Regional de Acompanhamento do PIEC. 	- SMS -DEM HAB -DMAE -DMLU -CAR -SMED -DEP -FASC -SMGAE -DIREITOS HUMANOS
Grupo 2 - Famílias a serem assentadas em 2006- 2ª fase. Loteamentos irregulares:			<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar a situação atual relacionando à situação futura. • Identificação dos moradores. • Verificação da relação dessas famílias com a população do entorno e das mesmas com a diversidade de ambientes. 	-SMS -DEM HAB -DMAE - DEP -DMLU - GOVERNANÇA - SMED -SMGAE - FASC -DIREITOS HUMANOS
- COM alguma infra-estrutura	-Casa de Passagem Vila dos Papeleiros - Casa de Passagem A. J. Renner (50 famílias da Leito Voluntários e 9 famílias da V. Aprel do Sul+ PPD)		<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização para o uso adequado e de conservação dos equipamentos sanitários intra e extradomiciliares. • Promoção da conscientização coletiva para qualificação da relação socioambiental. 	-Equipe PSF sem Domicílio e Empresas Parceiras para Casa de Passagem V. Papeleiros -Estagiários da Dengue (CGVS)

- SEM infra-estrutura	-Leito da Rua Voluntários da Pátria.		<ul style="list-style-type: none"> • Orientação no manejo de resíduos sólidos e destino dos descartes. • Orientação do fluxo das unidades de triagem no período do reassentamento. 	-Equipe PSF Mario Quintana;
Grupo 3 Famílias a serem assentadas em 2007. Loteamentos irregulares,	Vila Nossa Sra. Paz		<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar a situação atual relacionando à situação futura. • Identificação dos moradores. • Verificação da relação dessas famílias com a população do entorno e das mesmas com a diversidade de ambientes. 	-SMS -DEMHAB -DMAE -DEP -DMLU - GOVERNANÇA - SMED -SMGAE -FASC -DIREITOS HUMANOS
- COM alguma infra-estrutura	Vila A. J. Renner Vila Tio Zeca/Areia		<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização para o uso adequado e de conservação dos equipamentos sanitários intra e extradomiciliares. • Promoção da conscientização coletiva para o bem comum. 	
- SEM infra-estrutura	Vila Esperança Vila Santo André		<ul style="list-style-type: none"> • Orientação no manejo de resíduos sólidos e destino dos descartes. • Orientação do fluxo das unidades de triagem no período do reassentamento. 	
Grupo 4 Famílias que serão assentadas em 2008	Vila D. Teodora Vila A. J. Renner Vila Dab-Dab Vila Aduvos Trevo Vila Sto. Antonio Vila Liberdade		<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do número total de famílias. • Análise situação de saúde. • Direcionar o trabalho fundamentado no objetivo geral considerando a especificidade deste grupo. • Promoção da conscientização coletiva para o bem comum. 	-SMS -DEMHAB -DMAE -DEP -DMLU - GOVERNANÇA - SMED -SMGAE -FASC -DIREITOS HUMANOS

*Fonte: DEMHAB

Consideramos a perspectiva conceitual do trabalho em rede e intersetorial fundamentais para este tipo de ação, como também a interlocução e o comprometimento de

outros setores da PMPA e comunidades, o que requer ampliação do número de profissionais para implementar essas ações a partir do recurso financeiro do PIEC.

Para execução deste projeto, propusemos a contratação de estagiários de nível superior para compormos quatro equipes de trabalho que seriam vinculadas aos quatro serviços de saúde da região. Cada equipe seria formada por sete estagiários das seguintes áreas disciplinares: biologia, serviço social, enfermagem, veterinária, pedagogia e/ou psicologia social e agente de saúde de nível médio. O quadro abaixo apresenta a quantidade estimada de profissionais para execução das propostas de atividades.

Quadro 2 - Distribuição dos recursos humanos segundo a quantidade e atividades que deverão ser exercidas nas áreas de atuação dos Serviços de Saúde: Mário Quintana, Farrapos, Diretor Pestana e Centro de Saúde Navegantes.

ESTAGIÁRIOS		
- Ensino Superior	Nº	Atividades
-Enfermagem 1 por Serviço de Saúde (SS) Supervisor: Lisiane	4	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento da área de atuação do Serviço de Saúde (SS). - Identificação de grupos em situação de vulnerabilidade em saúde ambiental. - Acompanhamento com ACS nas visitas domiciliares na área de atuação do SS -Trabalho de campo com as comunidades em ações de promoção à saúde e prevenção a doenças e agravos. - Auxiliar na organização dos SS na inclusão das comunidades nos programas de saúde de acordo com suas situações de reassentamento. - Organização e participação de Oficinas para educação em saúde ambiental.
-Serviço Social 1 para cada SS Supervisor: Silvana G. Marzulo	4	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento da área de atuação do Serviço de Saúde (SS). - Identificação de grupos em situação de vulnerabilidade em saúde ambiental. - Acompanhamento com ACS nas visitas domiciliares na área de atuação do SS -Trabalho de campo com as comunidades em ações de promoção à saúde e prevenção a doenças e agravos. - Auxiliar a vinculação das comunidades aos SS de acordo com as suas situações de reassentamento. - Organização e participação de Oficinas para educação em saúde ambiental. - Promover relações de vizinhança e indivíduo com ambiente.
-Biologia 1 para cada SS Supervisor: Maria Ines M.R. Bello	4	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento da área de atuação do Serviço de Saúde (SS). - Identificação de grupos em situação de vulnerabilidade em saúde ambiental. -Reconhecimento da área ambiental natural e construída. -Identificação de áreas vulneráveis a zoonoses. -Trabalho de campo com as comunidades na preservação do ambiente natural e construído para prevenção de zoonoses. - Organização e participação de Oficinas para educação em saúde ambiental.
-Veterinária 1 para cada SS Supervisor: Luiz Felipe Kunz Junior	4	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento da área de atuação do Serviço de Saúde (SS). - Identificação de grupos em situação de vulnerabilidade em saúde ambiental. - Acompanhamento com ACS nas visitas domiciliares na área de atuação do SS - Trabalho junto às comunidades no controle da população animal e conscientização da posse responsável. - Organização e participação de Oficinas para educação em saúde ambiental.
- Pedagogia	4	- Reconhecimento da área de atuação do Serviço de Saúde (SS).

Supervisor:		- Identificação de grupos em situação de vulnerabilidade em saúde ambiental. - Acompanhamento com ACS nas visitas domiciliares na área de atuação do SS - Trabalho de campo com as comunidades em ações de promoção à saúde e prevenção a doenças e agravos. - Desenvolvimento de atividades lúdicas dentro do cotidiano das famílias envolvidas. - Organização e participação de Oficinas para educação em saúde ambiental.
Ensino Médio	Nº	Atividades
-Agente de Saúde Ambiental 2 por SS Supervisor: Mariangela Severino	8	-Ações intersetoriais (água, saneamento, resíduos sólidos, habitação, entre outros). -Intervenções específicas (vigilância e controle de vetores, hospedeiros, reservatórios etc.). -Ações de promoção e proteção específicas (educação / comunicação).
Profissionais SMS-contrapartida		
Supervisor de Campo -1 PSF: Ana Maria Sant'Anna -1 CGVS: Silvana G. Marzulo	2	- Planejamento da capacitação e supervisão dos estagiários - Planejar e integrar as ações dos estagiários com os SS e comunidade
Total	30	

Quadro 3a - Orçamento

Recursos Humanos-custo mensal	Nº	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$/mês
Estagiários de Enfermagem	4	450,00	1.800,00
Estagiários de Serviço Social	4	450,00	1.800,00
Estagiários de Biologia	4	450,00	1.800,00
Estagiários de Veterinária	4	450,00	1.800,00
Estagiários de Terapia Ocupacional	4	450,00	1.800,00
Estagiários de Nível Médio - Agentes Saúde Ambiental	8	390,00	3.120,00
Supervisor de Campo	2	SMS	-
Total	30	-	12.120,00

Quadro 3b - Orçamento

Recursos materiais-custo mensal	Valor Total
Material didático de apoio para trabalho nas comunidades	400,00
Total	400,00
Valores Unitários	
Material didático para capacitação dos estagiários (2)	1.000,00
Produção de cartilhas informativas para as comunidades	500,00
Total	1500,00

A Coordenação geral do PIEC aprovou o projeto, e possibilitou a contratação dos estagiários.

Primeiramente, planejamos as atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários integrantes do projeto de trabalho para ações em saúde ambiental no PIEC e a capacitação dos mesmos:

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS ESTAGIÁRIOS INTEGRANTES DO PROJETO DE TRABALHO PARA AÇÕES EM SAÚDE AMBIENTAL NO PIEC

Serão quatro equipes com sete componentes. Cada equipe terá um coordenador de trabalho de campo. Inicialmente estes coordenadores serão quatro estagiárias do programa da dengue que já trabalham neste projeto e, posteriormente, esta função será assumida e alternada entre os componentes da equipe. Sempre com a supervisão das técnicas da CGVS e Gerência Distrital.

As equipes ficarão lotadas nos postos de saúde, que são quatro na gerência e uma equipe em cada posto. A questão administrativa dos estagiários deverá ser absorvida pelos serviços de saúde. A equipe desenvolverá suas atividades na área de abrangência do posto de saúde com a finalidade de facilitar e qualificar a relação da comunidade com o serviço de saúde. O turno de desenvolvimento do trabalho será alternado entre manhã, tarde e eventualmente à noite.

Os encontros com as supervisoras serão quinzenais e o encontro das supervisoras com os coordenadores de trabalho de campo será semanal.

Os estagiários deverão realizar Diagnóstico de Saúde Ambiental da área de atuação; identificar indicadores; produzir Diário de Campo semanal e Relatórios Descritivos e entregar ao coordenador de campo; Alimentar os Bancos de Dados; realizar oficinas, grupos e palestras; realizar visitas domiciliares nas comunidades; identificar aparelhos públicos para parcerias no trabalho; participar de eventos, reuniões à noite, finais de semana ou feriados quando necessário; confeccionar material lúdico para as atividades em grupo e dramatizações; identificar o que causa situação de risco a população nas comunidades, vigilância dos riscos

em saúde ambiental, identificar o perfil de cada comunidade trabalhada, assim como seu cotidiano relacionado a sua cultura.

Os coordenadores de campo deverão entregar quinzenalmente relatório descritivo às supervisoras do projeto; deverão participar das reuniões de equipe dos serviços de saúde com a finalidade de integrar o trabalho com o posto de saúde; participar das reuniões do Conselho Local de Saúde, CDS, Rede entre outros.

Os estagiários irão utilizar os espaços e equipamentos já existentes instalados na PMPA.

Recursos Necessários para o trabalho das equipes: um computador para cada equipe, material de consumo, jalecos, camisetas, coletes, bonés, bolsas, pranchetas.

Avaliação do Projeto: será semestral com base nos indicadores para medir o impacto do trabalho.

PLANEJAMENTO DA CAPACITAÇÃO

I – Apresentação do Programa PIEC

Apresentação da SMS

Apresentação do Projeto do PIEC pela SMS

II - Caracterização da região Humaitá/Navegantes

Apresentação CGVS

III - Apresentação GTVAS

Apresentação Zoonoses – NVRV e NCPA

Apresentação Equipe de Águas

Apresentação Equipe de Alimentos

Apresentação Epidemiologia – Doenças Transmissíveis e Notificação Compulsória

Apresentação Violência/Prá-Nenê/Pra-Crescer (Eq. Eventos Vitais)

IV – Abordagem em Visita Domiciliar

Elaboração do Planejamento das Atividades e Capacitação dos Estagiários:

Ana Maria Jaeger Sant'Anna - Supervisora PSFs da GD Norte/Humaitá/Navegantes/Ilhas/SMS

Maria Inês M.R. Bello – Bióloga/ NVRV/CGVS/SMS

Silvana Garcia Marzulo – Assistente Social/NVRV/CGVS/SMS

A equipe inicial foi formada por três técnicas (Assistente Social, Bióloga e Enfermeira) e as quatro estagiárias do programa de prevenção e combate a dengue, até que o processo burocrático administrativo da contratação dos novos estagiários se concluísse.

Nossa primeira intervenção foi com a comunidade do novo Conjunto Habitacional Arco Iris, devido à escala temporal não corresponder paralelamente à mudança das famílias e a formação da equipe de trabalho, planejamento das ações, isso comprova que o processo é dinâmico, tivemos que intervir com as famílias diretamente no novo loteamento.

Pensamos em trabalhar com adultos (a) em relação aos equipamentos sanitários das habitações. Para isso fizemos um treinamento sobre a instalação de redes sanitárias para nossa equipe e contamos com a colaboração de colegas da CGVS para nos capacitar. Após o treinamento elaboramos o planejamento da oficina e fizemos a cartilha de uso e manutenção de equipamentos sanitários (anexo 2).



Figura 25 - Treinamento



Figura 26 - Treinamento

(a).Projeto Piloto

Local: Loteamento Arco Iris

Oficina: USO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SANITÁRIOS PARA PÚBLICO ADOLESCENTE E ADULTO

Coordenação: Silvana Garcia Marzulo – Assistente Social/NVRV-CGVS-SMS

Elaboração do Projeto: Silvana Garcia Marzulo – Assistente Social / NVRV-CGVS-SMS e Maria Inês Bello – Bióloga / NVRV-CGVS-SMS

Organização: Ana Maria Jaeger Sant'Anna - Supervisora PSFs/SMS

Maria Inês Bello – Bióloga / NVRV-CGVS-SMS

Silvana Garcia Marzulo – Assistente Social / NVRV-CGVS-SMS

Objetivo: informar os moradores sobre o funcionamento das instalações sanitárias, ressignificando o uso adequado e consequente manutenção dos equipamentos sanitários, na nova casa, no novo Loteamento.

Público Alvo: famílias do PIEC a serem reassentadas em 2007.

Recursos Materiais: computadores do Tele Centro Vila Farrapos, Ônibus da CGVS/SMS, ETE da região Humaitá, Data show, camara digital do PSF Mario Quintana e da Secretaria de Gestão, plantas hidraulicas dos Loteamentos novos.

Recursos Humanos: 4 estagiários do NCRV, 3 técnicos da SMS, monitores do Tele Centro, técnico da ETE, coordenação e agentes de saúde do PSF Mario Quintana.

Metodologia:

- Capacitação da equipe e agentes de saúde sobre as instalações hidráulicas do Loteamento.
- Trabalhar com grupos de adultos e adolescentes, com vinte pessoas em cada grupo.
- Realizar visita no novo Loteamento, mostrando e explicando as instalações sanitárias no interior da habitação e área externa(pátio), assim como na rua.
- Oficina no auditório da ETE para visualizar na planta de corte frontal, o caminho das instalações sanitárias e trabalhar o uso e forma de manutenção dos equipamentos, assim como visita orientada na ETE para conhecer o tratamento de esgoto.
- Visita na Estação de Tratamento de Água do DMAE, no Moinhos de Vento.
- Trabalhar no Tele Centro o site da SABESP.

Quando fomos discutir com as lideranças, estas disseram que no momento a prioridade era trabalhar com as crianças e reclamaram da presença de roedores já no novo loteamento.(b) A partir deste encontro, fomos planejar as ações que contemplassem a solicitação da comunidade, agregando aos nossos objetivos.

Produzimos uma maquete da habitação local, o conto “Os Ratos e a Cidade” e a música do conto (anexo 3), cartaz sobre as espécies de roedores e o circuito de prevenção a Leptospirose (anexo 4) onde no final da ultima brincadeira, as crianças recebiam um diploma de agente mirim.

(b) PLANEJAMENTO DE EDUCAÇÃO EM VIGILÂNCIA DA SAÚDE AMBIENTAL NO PIEC

LOCAL: LOTEAMENTO ARCO IRIS

OFICINA: PREVENÇÃO A MORDEDURA DE ROEDORES E LEPTOSPIROSE PARA PÚBLICO INFANTO-JUVENIL

Estagiárias participantes: Gabriela Cattani, Luana O. Frantz, Rosimeri Silveira Feck, Simone B. Peres.

Orientadores: Maria Inês Bello – Bióloga

Silvana Garcia Marzulo - Assistente Social

JUSTIFICATIVA: Dentro dos princípios da educação continuada, buscamos por meio desta oficina o aperfeiçoamento e a proximidade da relação vigilância e atenção à saúde, no que se refere à prevenção dos males causados por roedores com as famílias que serão assentadas em 2007- Segunda fase. Loteamentos irregulares. Correspondente ao grupo 2 no item com alguma infra-estrutura, do projeto de trabalho inicial.

OBJETIVO GERAL: Promover ações de educação a saúde ambiental, promovendo a participação da comunidade civil organizada na co-responsabilidade socioambiental.

OBJETIVO ESPECÍFICO: Desenvolver um trabalho com crianças de uma das comunidades do PIEC (Loteamento Arco Íris), com objetivo de evitar o contato com roedores e conseqüentemente prevenir mordeduras e a leptospirose através de oficinas educativas.

Oficina para crianças de 4 a 6 anos

Objetivo: Explicar como é o ambiente propício ao surgimento de roedores, salientando o perigo do contato com o veneno utilizado pelos agentes de saúde e com os roedores.

Metodologia: A metodologia utilizada será um conto lúdico e a música do conto.

Dinâmica: Dramatizaremos o conto lúdico, que utiliza a realidade das crianças para alertar sobre os perigos do contato com os roedores e como prevenir seu aparecimento. As crianças receberão os desenhos dos personagens para colorir (ver anexos 1 e 2) e, no final, os desenhos poderão ser levados para casa. Após a dramatização do conto, cantaremos a música com as crianças. Mostraremos uma Maquete do Loteamento, onde as crianças poderão visualizar por onde transitam os roedores, onde passam a fiação elétrica e o encanamento das casas. Na sequência, distribuiremos a reprodução de fotos das casas que terão espaços em branco no encanamento e rede elétrica que poderão ser coloridas pelas crianças.

Em seguida, utilizaremos um cartaz com as fotos das três espécies de ratos urbanos, assim como os sintomas da doença que esses animais transmitem.

Recursos: Materiais simples como: Lápis de cor, papel cartão, caneta hidrocor, cola, palito de picolé, tinta colorida, folha de isopor, argila, barbante, algodão, purpurina, brinquedos de plástico, jornal bem como outros materiais simples.

Oficina de 7 a 10 anos

Objetivo: Explicar como é o ambiente propício ao surgimento da doença salientando o perigo do contato com o veneno utilizado pelos agentes de saúde.

Metodologia: A metodologia utilizada será uma entrevista, um jogo educativo e a Maquete do Loteamento.

Dinâmica: Primeiramente será feita uma entrevista com uma das estagiárias que estará fantasiada de “Rata”. Nessa entrevista a rata estará à disposição das crianças para que possam tirar suas dúvidas através de perguntas. Para a organização da entrevista teremos outra estagiária que será a “Repórter”, conduzindo o bom andamento da entrevista. Após a entrevista haverá um jogo educativo que destaca o trabalho do agente de saúde na comunidade, com a colocação do veneno nos bueiros e sua interação com o habitat do rato.

Entrevista: Roteiro da Entrevista com a Rata

1. Qual é o seu nome Dona Rata? Camundonga
2. O que você gosta de comer?
3. Onde você mora?
4. Qual a doença que você transmite?
5. Quais são os sintomas desta doença?
6. Quem quer conversar com a rata Camundonga?

Brincadeira: RATOS X AGENTES

Forma-se uma roda com as crianças sentadas no chão (dinâmica da brincadeira do “ovo podre”). Durante a brincadeira o “agente” andarà em volta da roda cantando e as crianças respondendo:

Agente: Lixo podre.../ Onde fica o rato.../ Agente não vem...

Crianças: Está fedendo.../ Na lata do lixo.../ Semana que vem...

O agente, que está com um ratinho de borracha na mão, coloca o rato atrás de uma criança da roda que pega o rato e saia correndo atrás do agente. Este terá que sentar no lugar

da criança, enquanto isso as outras crianças gritam: pega, pega, pega. Se a criança não conseguir pegar o agente ela terá de responder uma pergunta a respeito da leptospirose que será feita por uma das estagiárias.

Mostraremos a Maquete do Loteamento onde as crianças poderão visualizar por onde transitam os roedores, onde passam a fiação elétrica e o encanamento das casas. Na sequência distribuiremos a reprodução das fotos das casas que terão espaços em branco no encanamento e rede elétrica que poderão ser coloridas pelas crianças.



Em seguida, utilizaremos um cartaz com as fotos das três espécies de ratos urbanos, assim como os sintomas da doença que esses animais transmitem.

Recursos: Maquiagem para o rosto, luvas de plástico, caixa de sapato, caixa de fósforos, tecido, fantasia de “rata”, lápis de cor, papel cartão, caneta hidrocor, cola, palito de picolé, tinta colorida, folha de isopor, argila, barbante, algodão, purpurina, brinquedos de plástico, jornal bem como outros materiais simples.

Atualmente a equipe está formada por estudantes universitários: seis biólogos, uma assistente social, um psicólogo, uma veterinária, dois enfermeiros e três agentes de saúde. Estamos trabalhando com as famílias do Conjunto Habitacional Bela Vista sobre a posse responsável dos animais; com a Vila Liberdade para prevenção de doenças no ambiente vivido, pois esta comunidade vive em condições ambientais insalubres; com a Vila Santo André para o mapeamento sócio geográfico e a comunidade do loteamento Arco Iris para que os agentes mirins desenvolvam atividades com os adultos sobre o tema que aprenderam.

Todas as ações e planejamentos são descritos mensalmente em relatórios entregues a coordenação geral do PIEC que envia aos órgãos financiadores do projeto. Neste momento, já que a tipologia está definida pelo poder público, tentaremos propiciar o aproveitamento das famílias na nova habitação através da resignificação do espaço habitacional fundamentada pela educação em saúde ambiental.

O modelo de gestão que propusemos no capítulo anterior, ainda não foi possível desenvolvê-lo naquela metodologia. Mas como Projetistas Sociais, fomos por outro caminho que acreditamos poder utilizar alguns dos métodos citados e nos aproximar de uma intervenção holística que realmente possa qualificar o espaço habitacional da população envolvida.

4.2.3 Alcances esperados

- **Institucionais** - uma prática mais coerente com a realidade urbana e social no modo de projetar e planejar a cidade ou habitat para população de baixa renda; a não redução dos espaços como solução econômica; a não reprodução de modelos burgueses miniaturizados.
- **Profissionais** - espaço multidisciplinar para elaboração de planejamentos; ir além da implantação de habitações, conhecendo a forma como um grupo social se apropria do espaço, ampliando o espaço habitacional no que condiz com o uso de espaço da população envolvida; contribuir na formação de estudantes universitários de áreas disciplinares diversificadas, inserindo a ótica sociocultural em sua práxis.
- **Locais** - a construção da resignificação do espaço habitacional pelas famílias a fim de que estas possam realmente viver com qualidade de vida, pactuando a ótica da população com a dos profissionais no sentido de equilibrar as demandas e as restrições de um projeto habitacional social.

CONCLUSÃO

Fundamentada pela metodologia da FLACAM, minha experiência como projetista social me proporcionou crescimento e qualificação como pessoa e profissional, no sentido de entender e compreender o que é fundamental na personalidade e caráter do profissional que trabalha com populações.

Apreender a maneira adequada e a forma de trabalhar com comunidades de baixa renda, na verdade, confirmou o que sempre primei como essencial para um resultado positivo do trabalho desenvolvido, no que tange às relações que se estabelecem com os atores sociais.

O projetista é, antes de tudo, um indivíduo que traz seu modo de vida para a complexidade do universo do trabalho e assim desenvolve seu modo de trabalhar. Mas esta postura requer uma peculiaridade do profissional, isto é, que tenha um olhar sensível a um modo de vida diferente do seu. Que se permita acolher as diversidades de cultura das populações trabalhadas assim como suas especificidades sem julgamento e, ainda, que tenha prudência para não evidenciar superioridade de seus gostos, hábitos e valores aos da população como verdade absoluta. É necessário “colocar entre parênteses” seu modo de vida para entender e compreender o jeito de viver das comunidades trabalhadas e a partir disso planejar conjuntamente – projetista social, atores sociais e instituições/entidades envolvidas.

Independente da área profissional que escolhemos e dos temas sociais que trabalhamos conhecer a cultura da população envolvida, independente de classe social, possibilita uma abordagem holística que permite elaborar e desenvolver projeto multidisciplinar que considere a cultura e participação ativa e pró-ativa da população a fim de realmente garantir o desenvolvimento sustentável.

O projetista social não deve se acomodar, considerando os limites institucionais, e entender que um projeto elaborado para um local pode servir para outro, por mais similar que pareçam as configurações espaciais.

Salientamos que massificar a população de baixa renda é praticamente um genocídio do projeto e da população envolvida, o determinante está na diversidade de modos de vida de cada grupo social que deve ser considerado em todo processo do projeto social que se objetive, concretamente e não demagogicamente, sustentável.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Falivene Júlia. **Metrópoles: Cidadania e Qualidade de Vida**. São Paulo: ed. Moderna, 1999.

AUGUSTO, Nuno Miguel. **Habitação Social - da Intenção de Inserção à Ampliação da Exclusão**. 1997. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2005.

AMARAL, Rita de Cássia. **Estilo de Vida**. Disponível em: <http://www.aguaforte.com/antropologia/estilo.htm/>. Acesso em: 06/08/2007.

BABOT, Lorena. **Repertório de Tipologias**. CTP/Impressão: Gráfica e Editora Comunicação Impressa. Porto Alegre, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Gostos de classe e estilos de Vida**. In: ORTIZ, Renato(org.) –

BOURDIEU, Coleção Grandes Cientistas Sociais.no.39, Ática, São Paulo: 1983.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida. Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos**. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix Ltda, 1996.

CARDOSO, L. **Desigualdades Urbanas e Políticas Habitacionais**. IPPUR/UFRJ-FASE. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2005.

CIDADANIA, Instituto. Projeto Moradia. Maio, 2000. Disponível em:<<http://www.icidadania.org.br>>. Acesso em:05 nov.2006.

CINTRA, Rodrigo. O que é cidadania. Out, 2001. Disponível em: <<http://www.revistaautor.com.br/index.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2005.

DAMASIO, Claudia. Organizadora. FIALHO, AnaLúcia; OBERRATHER, Andréa; ALFONSIN, Betânia; GUTIÉRREZ, Claudio; OLIVEIRA, Cléiade; PERRONI, Gevaci; MENEGASSI, Jacqueline; BABOT, Lorena; SMOLKA, Martim. **Urbanizador Social - da informalidade à parceria**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. RJ. Guanabara/Koogon, 1989.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

KAPLA, Allan. **O Processo Social e o Profissional do Desenvolvimento - Artistas Sociais**. São Paulo: Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social e Editora Fundação Peirópolis, 2005.

Mapa de Irregularidade Fundiária de Porto Alegre. Publicação editada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Jul. 1999.

Ministério das Relações Exteriores. **Habitação**. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/habitacao.asp/>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

MARTINS, P.H. E FONTES, B. **Construindo o conceito de redes de vigilância em saúde** "In Martins, P.H. e Fontes, B. (organizadores) op. cit., 2004, p.109)

OLIVEIRA, Marcos Eduardo de. **Perversa Arquitetura Social**. 16/09/2002. Disponível em: <<http://www.econimiabr.net/home.htm/>> Acesso em: Mar. 2004.

OPAS.**Saúde nas Américas**. OMS – Setor de Embaixadas Norte, Lote 19. Brasília/DF. Brasil.1998.

PESCI, Rubén. **La Ciudad de La Urbanidade**. Fundación CEPA. La Plata/Argentina, 1999. -----; Péres, Jorge; Lucía Pesci. **De La Prepotencia a La Levedad**. CEPA/FLACAM. La Plata/Argentina, nov.2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. DEMHAB. **Programa Integrado Entrada da cidade**. Dezembro 2001. Programa Habitar Brasil/BID. Projeto de Participação Comunitária. Porto Alegre, mar. 2002. v. VI.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental Comentado do Município de Porto Alegre**. Porto Alegre: Coordenação de Comunicação Social, 2000.

RAYNAUT, Claude e ZANONI, Magda. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**. no 1. Sociedade, Desenvolvimento, Meio Ambiente. UFPR/GRID, Paraná, 1994.

SILVA, Michelly Ramos e SHIMBO, Ioshaiaqui. **A Dimensão Política da Sustentabilidade na Formulação de Políticas Públicas de Habitação**. Caso: Itararé – SP e Região.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SCHERE, Ana Regina. **A Dimensão Técnica da Habitação Social como Fator de Desenvolvimento Sustentável**. Revista Educação Ambiental em Ação. Nº 21. 20/09/2007. Disponível em: <<http://www.revistaead.org/index.php>> Acesso em: 30 de out 2007.

TASSARA, E. O.; RABINOWICH, E. P.; GUEDES, M. C. **Psicologia e Ambiente**. Editora EDUC, São Paulo, 2004.

VICTORIA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa Qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

ANEXOS

Anexo 1

Diagnóstico de Vigilância Ambiental em Saúde/DVAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE****COORDENAÇÃO GERAL DA VIGILÂNCIA DA SAÚDE
DIAGNÓSTICO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE****ENDEREÇO:** _____

Nome do morador: _____

Cidade de Origem: _____

Quanto tempo reside no local: _____

Atividade de trabalho dos gestores da renda familiar: _____

Marido: _____ Mulher: _____ Outros: _____

Escolaridade dos gestores da família: _____

() 1º GI () 1º GC () 2º GI () 2º GC () Curso Técnico: _____

() NSI _____ () NSC _____

Possui Plantas? () Sim () Não

Tipo: () Folhagens () Árvores Frutífera () Árvores de grande porte

() Horta () Horta fitoterápica

VIGILÂNCIA DA ÁGUA

1- De onde recebe água? _____

2- A água é tratada? _____

3- Tem reservatório? () sim () não

4- Onde armazena? _____

VIGILÂNCIA DOS ALIMENTOS

1 - Geladeira () sim () não

2 - Fogão () gás () lenha () fogareiro () outros _____

3 - Armazenagens de Alimentos _____

VIGILÂNCIA DE PRODUTOS

1- Usa Medicação () sim () não

2- Recebe de: () US () Farmácia Formal () Caseiro () Chás

3- Onde? _____

VIGILÂNCIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

1 - Cuida de: () crianças Quantas? _____

() idosos Quantos? _____

2 - Atividades de Saúde: () aplica injetável () curativos () parteira

3 - Qual US utiliza? () US Farrapos () US Dr. Pestana () CS Navegantes

Outros _____

VIGILÂNCIA DE ZOONOSES

1- Animais () cachorro Nº _____

() gato Nº _____

() cavalo Nº _____

() porco Nº _____

() ave Nº _____ Qual tipo? _____

() ovínos, caprínos, bovinos Nº _____ Quais? _____

2 - Utilização: doméstica () comercial ()

3 - Instalações: adequadas () inadequadas () Obs: _____

4 - Mordedura de ratos () sim () não Nº pessoas _____ Idades _____

Quando? _____ Atendimento () sim () não Onde? _____

Leptospirose () sim () não Quando? _____

Atendimento onde? _____

5 - Bicho do Pé () sim () não Atendimento Onde? _____

6 - Dengue () sim () não Depósito () sim () não Que tipo? _____

ESPECTATIVA REASSENTAMENTO

Quer sair? () sim () não Acha que vai melhorar? () sim () não Por que? _____

VIGILÂNCIA ALIMENTOS PARA COMÉRCIO

Armazém ☐ Padaria ☐ Açougue ☐ Outros _____

Tem Freezer ☐ sim ☐ não

Balcão Frigorífico ☐ sim ☐ não

Produtos a Venda: ☐ industrializado ☐ a granel ☐ in natura

☐ produção caseira Qual? _____

ENDEREÇO:

RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Reciclagem ☐ sim ☐ Não

Qual material? _____

Venda direta ☐ sim ☐ não

Quantidade? _____

ENDEREÇO:

Anexo 2

Cartilha Uso e Manutenção dos Equipamentos Sanitários

Anexo 3

Conto: Os Ratos e a Cidade

Anexo 4**Circuito para Prevenção à Leptospirose**

Circuito de Leptospirose

I. Objetivo Geral: Proporcionar aprendizado as crianças para que sejam agentes mirins da prevenção à leptospirose.

II. Público alvo: Crianças e jovens do PIEC.

III. Roteiro:

3.1. Atividade: Conto e Música

Objetivo: Apresentar a realidade da comunidade, quanto à convivência com roedores.

Desenvolvimento: Apresentar o teatro de fantoches de mãos e cantar a música.

Material: Fantoches, texto do conto, tecido de TNT azul, mesas (2).

3.2. Atividade: Lixo Podre

Objetivo: Visualizar o roedor no ambiente.

Desenvolvimento: Colocar as crianças em círculo. Ensinar a frase musicada “lixo podre” e iniciar a brincadeira. Aplicar a dinâmica do “ovo podre”.

Material: Rato de material EVA.

3.3. Atividade: Pesca Sujeira

Objetivo: Identificar o que tem no ambiente favorável ao roedor e buscar atitude de retirar os resíduos sólidos e orgânicos classificando-os, para limpeza do ambiente.

Desenvolvimento: Colocar os resíduos secos e orgânicos numa caixa com água. As crianças pescam os resíduos limpando o ambiente e classificam (seco ou orgânico). Caso a criança não saiba identificar os educadores ensinarão.

Material: Caixa com água, canço, resíduos confeccionados em plástico com alça de arame, tinta plástica, mesas (2).

3.4. Atividade: Tiro ao alvo

Objetivo: Aprender os sintomas da leptospirose.

Desenvolvimento: As crianças atiram a bolinha para acertar as caixas. Cada caixinha contém uma letra, e cada letra será descrito um sintoma da doença formando assim a palavra leptospirose.

Material: Caixas de leite (encapadas), letras em EVA, bolinhas de tênis (4), mesas (2).

3.5. Atividade: Corrida do saco

Objetivo: Concluir o circuito. Após receber as informações através das brincadeiras, as crianças estão aptas a multiplicá-las.

Desenvolvimento: As crianças pulam dentro de um saco de estopa em linha reta em direção a uma caixa em sua frente, que estará com os diplomas de Agente Mirim. Ao chegarem, elas pegam o diploma colocam no pescoço e voltam à linha de partida. Abrindo o rolinho de papel visualizarão seu diploma.

Material: Sacos de estopa, diplomas, caixa de papelão, barbante para colocar o diploma no pescoço, fitas mimosa para amarrar o diploma.

3.6. Entrevista com a Rata

Objetivo: Esclarecer as dúvidas sobre a leptospirose.

Desenvolvimento: Uma integrante do grupo se fantasia de rata e outra integrante se fantasia de repórter, que alcançará as crianças o microfone para que façam as perguntas.

Material: Fantasia de rata, microfone (1).